

**1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e  
Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo**

Oficial: Paulo Roberto de Carvalho Rêgo

Rua Dr. Miguel Couto, 44 - Centro

Tel.: (XX11) 3104-8770 - Email: oficial@lrd.com.br - Site: www.lrd.com.br

**REGISTRO PARA FINS DE  
PUBLICIDADE E EFICÁCIA CONTRA TERCEIROS**

**Nº 463.439 de 12/02/2020**

Certifico e dou fé que o documento em papel, contendo **74 (setenta e quatro) páginas**, foi apresentado em 06/02/2020, o qual foi protocolado sob nº 544.626, tendo sido registrado sob nº **463.439** no Livro de Registro A deste 1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo, na presente data.

Apresentante

**PINHEIRO NETO ADVOGADOS. (PLBRASIL ASSESSORIA PARALEGAL)**

Natureza:

**ESTATUTO**

São Paulo, 12 de fevereiro de 2020

Charles da Silva Pedro  
Oficial Substituto

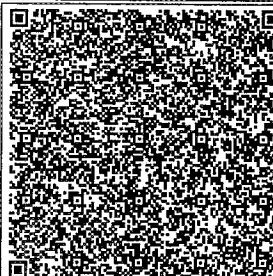
Este certificado é parte integrante e inseparável do registro do documento acima descrito.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça
R\$ 460,00	R\$ 131,10	R\$ 89,70	R\$ 24,17	R\$ 31,86
Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 22,37	R\$ 9,64	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 768,84



Para verificar o conteúdo integral do documento, acesse o site: [servicos.cdts.com.br/validarregistro](http://servicos.cdts.com.br/validarregistro) e informe a chave abaixo ou utilize um leitor de qrcode.

00181562040818291



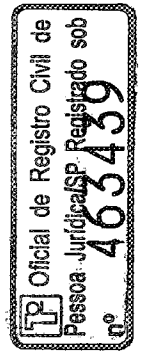
Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico:

<https://selodigital.tjsp.jus.br>

Selo Digital

1115914PJFD000006441DD20D





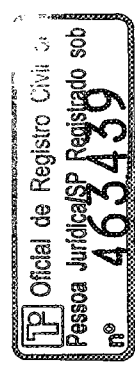
**INSTITUTO BRASILEIRO DE AUTORREGULAÇÃO NO SETOR DE  
INFRAESTRUTURA**  
**(“Instituto”)**

**Ata da Assembleia Geral de Constituição  
realizada em 3 de outubro de 2019**

**I. LOCAL, DATA E HORA:** esta Assembleia Geral de Constituição do **INSTITUTO BRASILEIRO DE AUTORREGULAÇÃO NO SETOR DE INFRAESTRUTURA** foi realizada em 3 de outubro de 2019, às 10:00, na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hungria 1.100, Jardim Europa, CEP 01455-906.

**II. PRESENÇA:** estavam presentes as seguintes pessoas jurídicas, devidamente representadas por seus representantes legais, conforme lista de presença que integra a presente ata como Anexo I, as quais se tornaram associadas fundadoras do Instituto **(a) ANDRADE GUTIERREZ ENGENHARIA S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ sob nº 17.262.213/0001-94, com sede na Avenida do Contorno, nº 8123, Cidade Jardim, Belo Horizonte - MG, CEP 30.110-937, neste ato representada por seu representante **EDUARDO DINIZ LONGO STAINO**, brasileiro, divorciado, engenheiro eletrônico, Carteira de Identidade nº 10.667.823 (MG), inscrito no CPF sob o nº 068.256.926-74, com endereço comercial à Av. das Nações Unidas, nº 12.495, 5º andar, Brooklin, São Paulo – SP, CEP 04578-000 (“Andrade Gutierrez”); **(b) CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S/A**, sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ sob nº 33.146.648/0001-20, com sede na Rua Joaquim Palhares, nº 40, Torre Sul, 4º e 5º andares, Praça da Bandeira, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.260-085, representada por seu representante legal **ARTHUR OLIVEIRA COSTA SOUSA**,



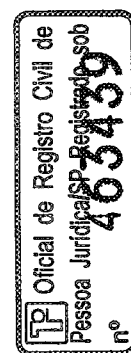


engenheiro civil, portador do Documento de Identidade RG nº 91.002.214.508, inscrito no CPF sob o nº 368.619.873-87, com endereço comercial à Avenida das Nações Unidas, nº 13.771, Bloco 1, 6º andar, São Paulo – SP, CEP 04794-7400 (“Concremat”); (c) **EMPRESA CONSTRUTORA BRASIL SA**, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Santa Catarina, nº 894, bairro de Lourdes, Belo Horizonte – MG, inscrita no CNPJ sob o nº 17.164.435/0001-74, neste ato representada por sua bastante procuradora **DAYANE OLIVEIRA DE SOUZA**, brasileira, divorciada, advogada, portadora do Documento de Identidade RG nº 12276197, inscrita no CPF sob o nº 067.690.486-63, com endereço comercial à Rua Santa Catarina, nº 894, bairro de Lourdes, Belo Horizonte – MG (“Empresa Construtora Brasil”); (d) **MENDES JÚNIOR TRADING E ENGENHARIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Pedroso Alvarenga, nº 1046, 11º andar, conjuntos 113 a 116, Bairro Itaim, São Paulo – SP, inscrita no CNPJ sob o nº 19.394.808/0001-29, neste ato representada por sua bastante procuradora **MARINA DE CASTRO LEITE BARROS**, brasileira, solteira, portadora do Documento de Identidade RG nº 14.332.151 SSP/MG, inscrita no CPF sob o nº 094.270.446-08, residente e domiciliada à Rua Tereza Mota Valadares, nº 273, apto. 1004, bairro Buritis, Belo Horizonte – MG (“Mendes Júnior”); (e) **NOVA ENGEVIX PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Alameda Araguaia, nº 3571, Centro Empresarial Tamboré, Barueri – SP, CEP 06455-000, inscrita no CNPJ sob o nº 02.357.415/0001-42, neste ato representada por seus bastantes procuradores **ADJAIR DA CUNHA DOS SANTOS**, brasileiro, casado, advogado, portador do Documento de Identidade RG nº 41.900.432-4, inscrito no CPF sob o nº 326.113.168-30 e **CAMILA FRANCIELE RIGHETTI**, brasileira, casada, advogada, portadora do Documento de Identidade nº 44.861.761-4, inscrita no CPF sob o nº 383.140.008-33, ambos com endereço comercial à Alameda Araguaia, nº 3571, Centro Empresarial Tamboré, Barueri – SP, CEP 06455-000 (“Nova Engevix”);

*Ady*



85



(f) **ODEBRECHT ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO S/A**, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 14º andar, parte J, Butantã, São Paulo – SP, CEP 05501-050, inscrita no CNPJ sob o nº 19.821.234/0001-28, neste ato representada por seu bastante procurador **ALEXANDRE DE ALMEIDA BARRETO TOSTES**, brasileiro, casado, advogado, portador do Documento de Identidade RG nº 1785298 e inscrito no CPF sob o nº 805.452.381-53, com endereço comercial na sede da representada (“OEC”);

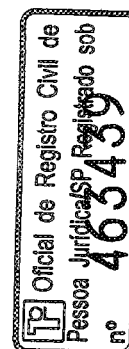
(g) **SOLVI PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Gonçalo Madeira, nº 400 FR, Jaguaré, São Paulo - SP, CEP 05348-000, inscrita no CNPJ sob o nº 02.886.838/0001-50, neste ato representada por sua representante legal **PATRÍCIA BICUDO BARBOSA**, brasileira, divorciada, advogada, portadora do Documento de Identidade RG nº 17.711.078-8 SSP/SP e inscrita no CPF sob o nº 279.943.878-45, residente na Capital do Estado de São Paulo, com endereço comercial à Avenida Gonçalo Madeira, nº 400 FR, 1º andar, Jaguaré, São Paulo – SP, CEP 05348-000 (“Solvi”);

(h) **TECHINT ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 2º andar, conjunto 201, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo -SP, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ sob o nº 61.575.775/0001-80, neste ato representada por sua bastante procuradora **BRUNA MARGENTI GALDÃO BRANDÃO**, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 25.062.353-5 SSP/SP, inscrita na OAB/SP sob nº 257.841 e no CPF sob o nº 306.281.458-61, com comercial na sede da presentada (“Techint” e, em conjunto com Andrade Gutierrez, Concremat, Empresa Construtora Brasil, Mendes Júnior, Nova Engevix, OEC e Solvi, “Associados de Setor”);

(i) **ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DE ENGENHARIA DO RIO DE JANEIRO - AEERJ**, associação civil sem fins lucrativos, com sede na Av. Rio Branco, nº 124, 7º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 42.472.431/0001-09, neste ato representada por sua bastante procuradora **TATIANE OLLÉ**

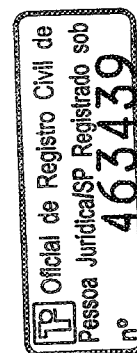
  
1º RCP/JSP  
PRENOTADO

23



**COLMAN WILDT**, brasileira, casada, advogada, inscrita no CPF sob o nº 930.664.490-68 e na OAB/RJ sob nº 109.978, com endereço comercial na sede da representada ("AEERJ"); **(j) SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO PESADA – INFRAESTRUTURA – SINICON**, com sede na Rua Debret, nº 23, Gr. 1201/1207, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20030-080, inscrito no CNPJ sob o nº 33.645.540/0001-81, neste ato representada por sua bastante procuradora **TATIANE OLLÉ COLMAN WILDT**, brasileira, casada, advogada, inscrita no CPF sob o nº 930.664.490-68 e na OAB/RJ sob nº 109.978, com endereço comercial na sede da representada ("SINICON" e, em conjunto com AEERJ, "Associados Entidades Setoriais"); **(k) INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na Rua Bela Cintra, nº 952, 9º andar, Consolação, CEP 01415-904, na cidade de São Paulo – SP, inscrita no CNPJ sob o nº 02.460.809/0001-21, neste ato representada por seu representante legal, **CAIO LUIZ CARNEIRO MAGRI**, brasileiro, casado, sociólogo, portador do Documento de Identidade RG nº 6.856.682-7, inscrito no CPF sob o nº 996.334.858-00, com endereço residencial em Rua Lisboa, 225, apto. 43, Pinheiros, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05413-000 ("Instituto Ethos"); **(l) VINCI PARTNERS INVESTIMENTOS LTDA.**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 11.073.015/0001-04, com sede na Av. Bartolomeu Mitre, nº 336, Leblon, Rio de Janeiro – RJ, CEP 22431-002, neste ato representada por seu bastante procurador, **ANTÔNIO JOSÉ MATTOS MORELLO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP 98.594, inscrito no C.P.F. sob nº 118.258.138-25, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Hungria 1.100, Jardim Europa, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01455-906 ("Vinci" e, em conjunto com Instituto Ethos, os "Associados Apoiadores" e, os Associados Apoiadores em conjunto com os Associados de Setor e Associados Entidades Setoriais, os "Associados").





**III. MESA:** Presidente: Antônio José Mattos Morello. Secretário: Júlio César Bueno.

**IV. ORDEM DO DIA:** deliberar sobre (i) a constituição do **INSTITUTO BRASILEIRO DE AUTORREGULAÇÃO NO SETOR DE INFRAESTRUTURA** e aprovação de seu Estatuto Social; e (ii) a indicação e eleição dos membros do Conselho Deliberativo e a fixação dos mandatos. ✓

**V. DELIBERAÇÕES:**

(i) Os Associados aprovaram, por unanimidade, a constituição do **INSTITUTO BRASILEIRO DE AUTORREGULAÇÃO NO SETOR DE INFRAESTRUTURA**, associação civil sem fins lucrativos e econômicos, que se regerá de acordo com os termos e condições previstos no Estatuto Social que foi discutido e aprovado pelos Associados, o qual passa a ser parte integrante da presente ata como Anexo II. ✓

(ii) Os Associados procederam, então, à eleição dos membros do Conselho Deliberativo do Instituto, conforme dispõe o parágrafo 1º do Artigo 21º do Estatuto Social do Instituto, tendo sido eleitos por unanimidade dos votos, com mandato de 2 (dois) anos a partir da assinatura dos Termos de Posse que integram a presente ata como Anexo III: ✓

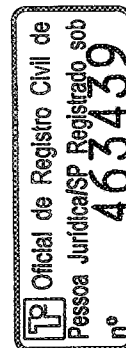
(ii.1) os Associados decidiram que irão consultar nomes de fora do setor de infraestrutura para serem indicados como membros eleitos pela Assembleia Geral e comprometem-se a convocar nova Assembleia Geral para deliberar a respeito de tais eleições; ✓

A large, stylized handwritten signature in black ink, likely belonging to Júlio César Bueno.



A large, stylized handwritten signature in black ink, likely belonging to Antônio José Mattos Morello.

A smaller handwritten signature in black ink, possibly a second signature or initials.



(ii.2) como membros provenientes dos Associados de Setor, os Srs. **ALEXANDRE DE ALMEIDA BARRETO TOSTES**, brasileiro, casado, advogado, portador do Documento de Identidade RG nº 1785298 e inscrito no CPF sob o nº 805.452.381-53, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 14º andar, parte J, Butantã, São Paulo – SP, CEP 05501-050; **EDUARDO DINIZ LONGO STAINO**, brasileiro, divorciado, engenheiro eletrônico, Carteira de Identidade nº 10.667.823 (MG), inscrito no CPF sob o nº 068.256.926-74, com endereço comercial à Av. das Nações Unidas, nº 12.495, 5º andar, Brooklin, São Paulo – SP, CEP 04578-000; e **EUGÊNIO JOSÉ BOCCHESI MENDES**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, residente e domiciliado na Rua Itaipava, nº 101, apto. 303, Bairro Jardim Botânico, Rio de Janeiro – RJ, CEP 22461-030;

(ii.3) como membro proveniente dos Associados Apoiadores, o Sr. **JOSÉ GUILHERME CRUZ SOUZA**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do Documento de Identidade RG nº 835772 SSP/ES, inscrito no CPF sob o nº 003.669.617-05, com endereço comercial à Avenida Bartolomeu Mitre, nº 336, parte, Leblon, Rio de Janeiro – RJ, CEP 22431-002;

(ii.4) como membros provenientes dos Associados Entidades Setoriais, os Srs. **EMIR CADAR FILHO**, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, portador do Documento de Identidade RG nº 5205820 SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 000.165.986-36, com endereço comercial em Av. Barão Homem de Melo, 3090, Estoril, Belo Horizonte/MG, CEP 30494-080 e **LUIZ FERNANDO SANTOS REIS**, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CREA/RJ sob nº 11.221-D e no CPF sob o nº 004.419.887-68, com endereço residencial na Av. Prefeito Mendes de Moraes, nº 1.300, apto 1.302, São Conrado, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22610-095; e

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Luis Fernando Santos Reis'.



A handwritten mark or signature in black ink, possibly 'Luis'.



TP Oficial de Registro Civil de  
Pessoa Jurídica/SP Registrado sob  
nº 463439

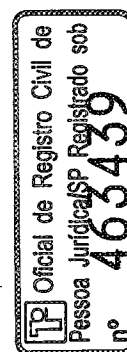
80

CARTÓRIO  
1º Tabelionato  
Judiário



09

7



(ii.5) como membro proveniente da Sociedade Civil, o Sr. **CAIO LUIZ CARNEIRO MAGRI**, brasileiro, casado, sociólogo, portador do Documento de Identidade RG nº 6.856.682-7, inscrito no CPF sob o nº 996.334.858-00, com endereço residencial em Rua Lisboa, 225, apto. 43, Pinheiros, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05413-000.

Conforme alínea "i" do Artigo 22º do Estatuto Social do Instituto, o Conselho Deliberativo deverá, nesta data, deliberar a respeito da eleição dos membros da Diretoria Executiva. ✓

**VI. ENCERRAMENTO, LEITURA E LAVRATURA DA ATA:** nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram declarados encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, após ter sido reaberta a sessão, foi lida, debatida, aprovada, e por todos os presentes assinada.

São Paulo, 3 de outubro de 2019.

TABELÃO DE NOTAS

Presidente da Mesa

Antônio José Mattos Morello

TABELÃO DE NOTAS

Visto Advogado:

Antônio José Mattos Morello

OAB/SP 98.594

Cartório Toledo

Secretário da Mesa

Júlio César Bueno ✓

1º RCP/JSP PRENOTADO

10

TP Oficial de Registro Civil de  
Passoa Juridical SP, Registrado sob  
nº **403439**

**19ª TABELIONATO DE NOTAS — CARTÓRIO TOLEDO**

Avenida Rebouças, 3839, Jardim Paulistano - São Paulo - SP

CEP: 05401-450 - Telefone: (11) 3615-9855

Reconheço, por semelhança, a firma de: **ANTONIO JOSE MATTOS PERELLO**

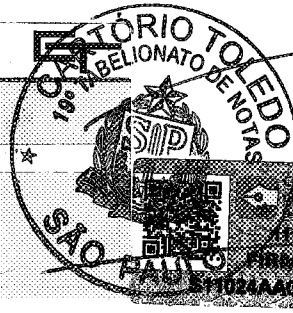
GUERO, com valor econômico.

São Paulo, 27 de novembro de 2019. Em testemunho da verdade.

Por Firma R\$ 0,20 | Total R\$ 0,20 20068881640430028199 - 009316

Salvo: 1 Ata: AA - 0780768

**MARCO AURELIO TOBO — ESCRIVENTE**



**2ª TABELIAO DE NOTAS**

2ª Tabelião de Notas da Capital, SP - Anderson Henrique Teixeira Marquiza

Rua: Rego Freitas, 133 - República - São Paulo - SP / CEP 01220-018

Fone: (11) 3657-8844 - 2cartorio.com.br

Reconheço por semelhança 2 Firma(s) SEM VALOR ECONOMICO de:

**ANTONIO JOSE MATTOS PERELLO**

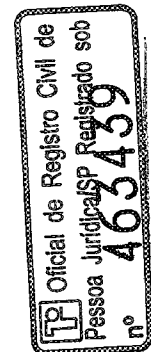
Sao Paulo, 27/11/2019. Em test. da Verdade.

**Fernando Barros — ESCRIVENTE**

Valors: R\$ 12,30. Selos(s): 1051AA167009



VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE QUALQUER EMENDA OU RASURA ANULA ESTE E



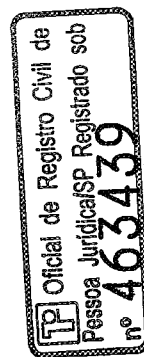
**ANEXO I**

**LISTA DE PRESENÇA**

Nº	Associados Fundadores	Assinatura
1	<b>Andrade Gutierrez Engenharia S.A.</b> Pp. Eduardo Diniz Longo Staino	<i>Eduardo Staino</i>
2	<b>Concremat Engenharia e Tecnologia S/A</b> p. Arthur Oliveira Costa Sousa	<i>Arthur Oliveira Costa Sousa</i>
3	<b>Empresa Construtora Brasil S/A</b> Pp. Dayane Oliveira de Souza	<i>Dayane Oliveira de Souza</i>
4	<b>Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A.</b> Pp. Marina de Castro Leite Barros	<i>Marina de Castro Leite Barros</i>
5	<b>Nova Engevix Participações S.A.</b> Pp. Adjair da Cunha dos Santos e Camila Franciele Righetti	<i>Adjair da Cunha dos Santos</i> <i>Camila Franciele Righetti</i>
6	<b>Odebrecht Engenharia e Construção S/A</b> Pp. Alexandre de Almeida Barreto Tostes	<i>Alexandre de Almeida Barreto Tostes</i>
7	<b>Solvi Participações S.A.</b> p. Patrícia Bicudo Barbosa	<i>Patrícia Bicudo Barbosa</i>
8	<b>Techint Engenharia e Construção S/A</b> Pp. Bruna Margenti Galdão Brandão	<i>Bruna Margenti Galdão Brandão</i>
9	<b>Associação das Empresas de Engenharia do Rio de Janeiro – AEERJ</b> Pp. Tatiane Ollé Colman Wildt	<i>Tatiane Ollé Colman Wildt</i>
10	<b>Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada – Infraestrutura – SINICON</b> Pp. Tatiane Ollé Colman Wildt	<i>Tatiane Ollé Colman Wildt</i>
11	<b>Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social</b> p. Caio Luiz Carneiro Magri	<i>Caio Luiz Carneiro Magri</i>
12	<b>Vinci Partners Investimentos Ltda.</b> Pp. Antônio José Mattos Morello	<i>Antônio José Mattos Morello</i>



*Handwritten signature*

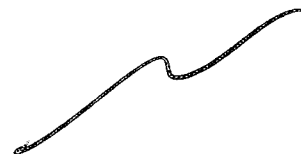


**ANEXO II**

**Estatuto Social do**

**INSTITUTO BRASILEIRO DE AUTORREGULAÇÃO NO SETOR DE**

**INFRAESTRUTURA**



**ESTATUTO ASSOCIATIVO**  
**INSTITUTO BRASILEIRO DE AUTORREGULAÇÃO NO SETOR DE**  
**INFRAESTRUTURA**

**CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, PRAZO E SEDE**

**Artigo 1º.** O Instituto Brasileiro de Autorregulação no Setor de Infraestrutura, doravante denominado simplesmente "Instituto", é uma associação civil sem fins lucrativos e econômicos, de âmbito nacional, com prazo de duração indeterminado, que se regerá pelo presente estatuto associativo ("Estatuto") e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

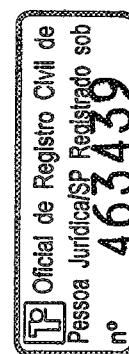
**Artigo 2º.** O Instituto tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, nº 254, 13º andar, Centro, CEP 01014-907, podendo abrir, transferir e encerrar estabelecimentos e escritórios em qualquer parte do país e no exterior, conforme decisão da Diretoria Executiva.

**CAPÍTULO II – MISSÃO E OBJETO SOCIAL**

**Artigo 3º.** O Instituto tem como missão e objetivos principais promover o fortalecimento do Setor de Infraestrutura, através das seguintes atividades e finalidades de relevância pública e social:

- a) Instituir a autorregulação do Setor de Infraestrutura;
- b) Promover os valores da ética, integridade, sustentabilidade, meio ambiente, governança corporativa, melhores práticas e responsabilidade social mediante a elaboração de normas e procedimentos de autorregulação, fiscalizar ações de conformidade adotadas pelos Associados e indicar correções e melhorias;
- c) Conferir a seus Associados certificações, selos, distinções, insígnias e reconhecimentos, relativos à conformidade de programas anticorrupção, defesa da concorrência, sustentabilidade, meio ambiente e infraestrutura, dentre outros, na forma a ser regulamentada pela Diretoria Executiva, com apoio dos Comitês;
- d) Promover a transparência e colaborar no desenvolvimento, na implantação, no aprimoramento e no fortalecimento da ética, da integridade, da sustentabilidade, da governança corporativa, de medidas anticorrupção e pró-competitivas, e de melhores práticas nas contratações públicas e privadas envolvendo projetos de infraestrutura de que participarem seus Associados;
- e) Colaborar com os setores público e privado na persecução de valores comuns que digam respeito à ética, integridade, combate à corrupção, fomento à concorrência, proteção do meio ambiente e desenvolvimento econômico e social;
- f) Investir em ações educativas e culturais voltadas para o setor;
- g) Promover diálogo, intercâmbio, sinergias, alianças, parcerias estratégicas, acordos de cooperação nacionais ou internacionais, firmar

memorando de entendimentos e outras formas de atuação conjunta entre seus Associados, o poder público e a sociedade civil, tendo sempre em vista os objetivos associativos; e

- h) Organizar e promover reuniões, eventos sociais, culturais, educativos, treinamentos, palestras, seminários, congressos, cursos, *workshops*, simpósios, painéis, visitas técnicas, *think tanks*, residências e intercâmbios com vistas à divulgação das atividades, ao fomento da educação corporativa e à promoção de seus objetivos e valores.

**§1º.** Em caso de celebração de termos de colaboração, parcerias e afins com entes públicos, o Instituto, no desempenho de suas atividades, observará, nos termos da lei, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, eficiência e eficácia.

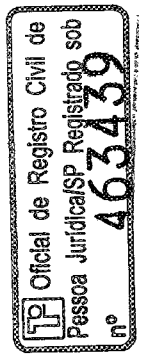
**§2º.** O Instituto poderá alienar, dispor, ou cobrar pela utilização de produtos, serviços, bens ou direitos eventualmente decorrentes ou relacionados às atividades indicadas neste Artigo, desde que toda a receita, recursos ou resultados operacionais daí advindos sejam obrigatoriamente aplicados na consecução de seu objeto social, devendo haver evidências do efetivo fomento aos princípios aqui estabelecidos. Em nenhuma hipótese os resultados poderão ser distribuídos entre os Associados, administradores ou qualquer outra pessoa física ou jurídica ligada ao Instituto, direta ou indiretamente.

**§3º.** Para fins do disposto neste Estatuto Social "Setor de Infraestrutura" significa o setor de infraestrutura e sua cadeia produtiva, englobando, mas não se limitando a construtores, fornecedores, subempreitados e subcontratados, investidores, financiadores, instituições financeiras e não financeiras, seguradoras, resseguradoras, organismos nacionais e internacionais, bilaterais e multilaterais, concessionários de serviços públicos, operadores, projetistas, consultores, instituições de ensino, prestadores de serviços e outras entidades, desde que sua atividade tenha pertinência temática e estejam correlacionadas ao setor de infraestrutura.

**Artigo 4º.** O Instituto poderá adotar um Regimento Interno, aprovado pelo Conselho Deliberativo, com a finalidade de regular e detalhar as disposições contidas neste Estatuto.

**Artigo 5º.** O Instituto pautará sua conduta pelos valores da ética e integridade, transparência, sustentabilidade, respeito ao meio ambiente, cooperação internacional, melhores práticas de governança corporativa e de mercado, de responsabilidade social e de respeito no trato com a coisa pública, a coletividade e o interesse público, dedicará especial atenção ao cumprimento das normas que visem prevenir a corrupção, promover a defesa da concorrência, do meio ambiente, das normas técnicas e de segurança do trabalho, dentre outras previstas na legislação brasileira, e zelará pelo cumprimento do disposto a seguir:

**§1º.** É proibida a prática de quaisquer condutas ou atos ilícitos e/ou ilegais previstos na legislação brasileira, especialmente nas Leis nº 12.846/2013, 12.529/2011 e 8.666/93, no Decreto nº 8.420/2015, e em quaisquer outros normativos, decretos e/ou regulamentos, assim como na legislação estrangeira, se e quando aplicável, e o Instituto as cumprirá fielmente, por si e por seus Associados, bem como exigirá seu cumprimento por parte de terceiros contratados por ela e por seus Associados.



*[Handwritten signature]*

**1º RCP/JSP PRENOTADO**

**§2º.** Durante toda sua existência, o Instituto manterá em vigor um Código de Ética e Integridade aprovado na forma deste Estatuto, cujas regras se obriga a cumprir fielmente.

**§3º.** As manifestações oriundas de Associados e as providas de membros da Diretoria Executiva, do Conselho Deliberativo, do Conselho de Ética e Integridade, dos Comitês, do Conselho Fiscal, dos Grupos de Trabalho, que não estejam abarcadas pela institucionalidade, somente adquirirão caráter oficial, institucional e associativo se preencherem cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) Guardar estrito alinhamento com as finalidades associativas;
- b) Ser regularmente divulgada pelos canais institucionais; e
- c) Ser devidamente submetida, discutida, apreciada, validada e aprovada pelos órgãos do Instituto, conforme disposto neste Estatuto e na autorregulação.

**§4º.** As manifestações proferidas ou divulgadas em desacordo com o disposto neste Estatuto não obrigarão nem vincularão o Instituto, e seus agentes estarão sujeitos às responsabilidades cabíveis.

**§5º.** Para efeito do item (c) do §3º, acima, e do §4º do presente artigo, incluem-se nas modalidades de manifestações, mas a elas não se limitam, aquelas proferidas por meio de estudos, relatórios, pareceres, análises, opiniões, mensagens, grupos privados de comunicação, cartas, ofícios e publicações, ainda que informais, proferidas na *internet* e/ou sob quaisquer formas manifestadas sobre:

- a) Projetos de lei, medidas e ações governamentais, decisões judiciais ou administrativas, e demais atos emanados dos poderes legislativo, executivo e judiciário, de seus órgãos, conselhos, agências reguladoras e/ou autoridades públicas;
- b) Implementação, fiscalização e execução de políticas públicas e atos de Estado e de governo, em seus diferentes níveis; e
- c) Ações e práticas adotadas por Associados, seus dirigentes, funcionários, prestadores de serviço ou por outros atores do setor.

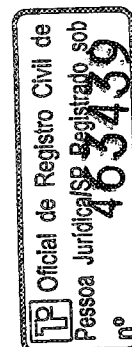
### **CAPÍTULO III – DOS ASSOCIADOS, SEUS DIREITOS E DEVERES**

#### **Seção I – Das categorias de Associados**

**Artigo 6º.** O quadro associativo do Instituto será composto de número ilimitado de pessoas jurídicas que tenham interesse em colaborar com a consecução do seu objeto social, desde que admitidas na forma deste Estatuto ("Associados").

**Artigo 7º.** O ingresso de novo Associado no Instituto dependerá, cumulativamente, do preenchimento, pelo candidato ("Candidato"), das seguintes condições:

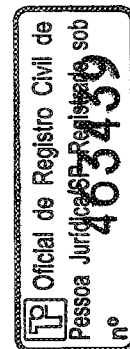
- a) Ser pessoa jurídica integrante do Setor de Infraestrutura, conforme definido no §3º do Artigo 3º, acima, observada a exceção prevista na alínea "c" do Artigo 8º;



*[Handwritten signature]*  
 1º RCP/SP  
 PRENOTADO



- b) Aderir ao e concordar com o disposto no presente Estatuto, no Regimento Interno (se aplicável), no Código de Ética e Integridade, na autorregulação e em todas as políticas do Instituto, bem como assumir expressamente seu compromisso com a missão do Instituto;
- c) Mediante proposta da Diretoria Executiva, observado o disposto no §3º abaixo, obter parecer favorável do Conselho de Ética e Integridade para admissão do Candidato;
- d) Atender aos seguintes requisitos: (i) boa reputação e idoneidade, ressalvado o disposto no §1º deste Artigo; e (ii) capacidade e disponibilidade para contribuir com a consecução do objeto social do Instituto; e
- e) Compromisso pelo candidato, em caráter irrevogável e irretroatável, de pagamento integral da Taxa de Ingresso ao Instituto, conforme alínea (a) do Artigo 66º, exceto em relação ao Associado Honorário.



**§1º.** No caso de pessoas que tenham sido declaradas inidôneas por decisão final administrativa ou judicial, poderão participar como Associados aquelas que: (i) tenham implementado ações efetivas para prevenir a prática de atos de corrupção ou de outros ilícitos, a exclusivo critério do Conselho Deliberativo; (ii) tenham celebrado e estejam integralmente adimplentes com todas as obrigações assumidas em acordo de leniência, de colaboração ou medidas corretivas similares com as autoridades competentes; ou (iii) tenham cumprido o prazo de impedimento ou vedação para contratação com a Administração Pública.

**§2º.** Excepcionalmente, poderá ser admitida a associação de pessoas naturais, nacionais ou estrangeiras, na categoria de Associado Honorário, conforme previsto no Artigo 8º, abaixo.

**§3º.** Nas hipóteses em que o Conselho de Ética e Integridade decidir por emitir parecer desfavorável à admissão do Candidato ao Instituto, ao Candidato caberá direito de ampla defesa, assegurada apresentação de recurso ao Conselho Deliberativo no prazo de 30 (trinta) dias contados de ciência da decisão formulada pelo Conselho de Ética e Integridade. O recurso será apreciado pelo Conselho Deliberativo na primeira reunião a ser realizada pelo Conselho Deliberativo após a apresentação do recurso.

**Artigo 8º.** As categorias de Associados são distribuídas da seguinte forma:

- a) "Associados do Setor": composto somente por pessoas jurídicas que (i) atuem no Setor de Infraestrutura ou que para ele forneça equipamentos ou preste serviços, (ii) prestem serviços de engenharia, projetos e gerenciamento de obras nos setores de infraestrutura, (iii) concessionários de serviços públicos e operadores, ou (iv) pelas respectivas Partes Relacionadas das pessoas referidas anteriormente, e que façam doações ou contribuições, conforme fixadas pelo Conselho Deliberativo, para o Instituto;
- b) "Associados Entidades Setoriais": composto somente por pessoas jurídicas que tenham função representativa ou de associação de empresas no Setor de Infraestrutura;
- c) "Associados Apoiadores": composto somente por pessoas jurídicas que, cumulativamente, cumpram os requisitos a seguir: (i) façam doações ou contribuições para o Instituto, conforme fixadas pelo Conselho

Deliberativo (que poderá deliberar pela isenção da contribuição para determinados Associados Apoiadores quando entender apropriado), (ii) não se enquadram na categoria de Associado de Setor, e (iii) cujos objetivos tenham pertinência temática e possam estar correlacionados ao setor, tais como bancos, instituições financeiras e não financeiras, seguradoras, resseguradoras, organismos nacionais e internacionais, organizações governamentais e não-governamentais, consultorias e auditorias, escritórios de advocacia, gestoras de recursos de terceiros e financiadores de projetos e obras no setor de infraestrutura, dentre outros; e

- d) "Associados Honorários": composto de pessoas naturais que possuam conhecimento notório em sua área de especialidade, que tenham oferecido significativa contribuição ou que tenha prestado relevantes serviços à indústria do Setor de Infraestrutura.

**§1º.** Para os fins previstos neste Estatuto, entende-se por "Parte Relacionada" toda pessoa jurídica que (i) seja sócio ou acionista, direto ou indireto, com participação superior a 50% (cinquenta por cento) no capital social do Associado de Setor; (ii) tenha, em seu quadro de sócios, um Associado de Setor com participação, direta ou indireta, de mais de 50% (cinquenta por cento) de participação em seu capital social; (iii) esteja sob controle comum de um Associado de Setor; (iv) seja administrador ou gestor de um Associado de Setor ou de alguma sociedade controlada, direta ou indiretamente, por um Associado de Setor; ou (v) esteja fornecendo ou comprando, direta ou indiretamente, serviços e/ou produtos a ou de qualquer Associado de Setor.

**§2º.** Observadas as demais condições previstas neste Estatuto, o ingresso no quadro associativo dar-se-á mediante proposta da Diretoria Executiva *ad referendum* de parecer favorável do Conselho de Ética e Integridade.

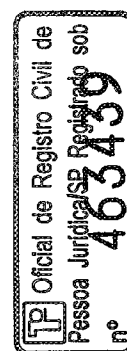
**§3º.** A qualidade de Associado não será transmissível a terceiros por qualquer forma.

**Artigo 9º.** A critério da Assembleia Geral, poderão ser criadas outras categorias de Associados, com a definição, no ato da criação, dos direitos e obrigações da categoria ou categorias criadas.

## Seção II – Dos Direitos e Deveres dos Associados

**Artigo 10º.** Os Associados terão os seguintes direitos:

- a) Ouvir, participar, discutir e votar em quaisquer Assembleias Gerais do Instituto, desde que estejam em pleno gozo de seus direitos estatutários e em dia com o pagamento da Taxa de Ingresso e das contribuições fixadas pelo Conselho Deliberativo, sendo que, observado o disposto no §3º do Artigo 16º, cada Associado terá direito a 1 (um) voto;
- b) Indicar e destituir membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal do Instituto;
- c) Indicar ou propor a admissão de novos Associados à Diretoria Executiva;
- d) Participar, em colaboração ou coordenação com o Instituto, de ações que visem a implementar o objeto previsto no Artigo 3º deste Estatuto;
- e) Apresentar propostas de projetos e estratégias de atuação com o objetivo de fomentar as funções do Instituto;



- f) Participar dos eventos promovidos pelo Instituto; e
- g) Solicitar ao Conselho Deliberativo e/ou à Diretoria Executiva toda a informação contábil e financeira do Instituto, desde que em periodicidade e detalhamento razoável.

**Artigo 11º.** São deveres dos Associados:

- a) Cumprir disposições do Estatuto, Regimento Interno (se aplicável), Código de Ética e Integridade, e demais regras internas em vigor e acatar as deliberações dos órgãos competentes;
- b) Cumprir, observado o disposto no §1º, abaixo, as normas de autorregulação aprovadas pelo Instituto;
- c) Cooperar para o desenvolvimento e propagação da missão e objeto social do Instituto;
- d) Pagar pontualmente a Taxa de Ingresso e as contribuições associativas, bem como cumprir com as demais obrigações devidas ao Instituto;
- e) Contribuir para a consecução dos objetivos do Instituto, pela conservação de seu patrimônio social e zelar por seu bom nome;
- f) Colaborar na prestação de informações técnicas, estatísticas e de dados, isolados ou agregados, com a finalidade de produzir estudos e levantamentos do setor, sendo vedada qualquer troca de informações que importe em violação das normas de sigilo fiscal e tributário, segredo industrial e propriedade intelectual, defesa da concorrência, dentre outras aplicáveis;
- g) Informar o Instituto sobre alterações em seus dados cadastrais e de controle societário direto ou indireto; e
- h) Comparecer às Assembleias ou reuniões para as quais sejam convocados.

**§1º.** A alínea (b) do *caput* deste artigo não se aplica ao Associado Apoiador.

**§2º.** A alínea (d) do *caput* deste artigo não se aplica ao Associado Entidade Setorial.

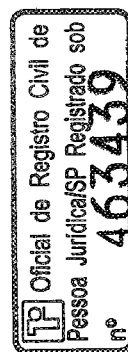
**§3º.** A alteração do controle societário do Associado, de forma direta ou indireta, poderá implicar em sua retirada do Instituto e obrigação de submeter-se a novo processo de admissão, observados os procedimentos que forem estabelecidos pelo Conselho de Ética e Integridade, sem prejuízo da sua permanência nos quadros até decisão definitiva pelo Conselho Deliberativo.

**Artigo 12º.** Os Associados serão representados por seus respectivos representantes legais, conforme determinado por seus atos constitutivos.

**Artigo 13º.** Os Associados não são responsáveis pessoal, solidária ou subsidiariamente pelas obrigações assumidas pelo Instituto.

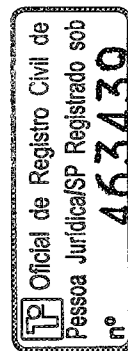
**Artigo 14º.** Qualquer Associado poderá, a qualquer tempo, desligar-se do quadro de associados:

- a) unilateralmente, mediante notificação escrita à Diretoria Executiva de sua retirada ou afastamento do quadro social do Instituto, com antecedência de 30 (trinta) dias; ou
- b) por retirada compulsória por "Justa Causa" após decisão do Conselho Deliberativo, mediante proposta da Diretoria Executiva, conforme previsto no Artigo 60º.

**Parágrafo Único.** O Associado que se retirar ou for excluído do Instituto, inclusive na hipótese prevista no Artigo 11º. §2º, não fará jus a qualquer restituição ou reembolso da Taxa de Ingresso, das contribuições ou doações que tiver efetuado ao Instituto, de cujo patrimônio não participam os Associados. A título de esclarecimento, a Taxa de Ingresso é condição para ingresso do Associado ao Instituto, nos termos da alínea (e) do Artigo 7º, de modo que eventual retirada ou exclusão do Associado, a qualquer título, ensejará automaticamente o vencimento antecipado de eventuais parcelas vincendas da Taxa de Ingresso, se houver, independentemente de qualquer aviso ou notificação ao Associado retirante ou excluído.



## CAPÍTULO V – DA ORGANIZAÇÃO

**Artigo 15º.** São órgãos estatutários do Instituto:

- a) Assembleia-Geral;
- b) Conselho Deliberativo;
- c) Diretoria Executiva;
- d) Conselho Fiscal;
- e) Conselho Consultivo;
- f) Conselho de Ética e Integridade; e
- g) Comitês.

**Parágrafo Único.** Os membros dos órgãos do Instituto permanecerão em pleno exercício do cargo até a efetiva posse de seus sucessores.

### Seção I – Da Assembleia Geral

**Artigo 16º.** A Assembleia Geral é órgão soberano de deliberação do Instituto.

**§1º.** Todos os Associados poderão participar da Assembleia Geral, como ouvintes e com direito a voto na Assembleia Geral, salvo os casos expressamente previstos neste Estatuto, desde que não estejam em descumprimento com seus deveres estatutários.

**§2º.** Salvo os casos expressamente previstos neste Estatuto, cada Associado terá direito a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais, podendo ser representados por procurador, mediante procuração com poderes expressos e específicos para atuar na Assembleia convocada, e cuja cópia de procuração deverá ter sido enviada à Diretoria Executiva, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas antes da respectiva Assembleia Geral.

**§3º.** Havendo 2 (dois) ou mais Associados pertencentes a um mesmo grupo econômico, o referido grupo deverá indicar qual será o Associado-Líder representante do grupo perante o Instituto. Caberá ao Associado-Líder de cada grupo econômico exercer o direito a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais. Os demais Associados do grupo econômico não terão direito a voto nas Assembleias Gerais.

**Artigo 17º.** A Assembleia reunir-se-á mediante convocação pelo Presidente do Conselho Deliberativo, ou, se este não o fizer, por convocação assinada por 1/5 (um quinto) dos Associados em pleno gozo de seus direitos estatutários.

**Artigo 18º.** A convocação para a Assembleia Geral será divulgada na página inicial do *site* do Instituto e enviada aos Associados em seus endereços cadastrais mediante carta, *e-mail* ou qualquer outro meio de comunicação escrita com aviso de recebimento, ou publicados em jornais de grande circulação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos.

**§1º.** A Assembleia Geral cuja ordem do dia tratar da eleição de membros do Conselho Deliberativo deverá ser convocada, observadas as demais formalidades previstas no *caput*, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos.

**§2º.** Nos casos de urgência, o prazo para a convocação da Assembleia Geral extraordinária poderá ser reduzido, a critério da Diretoria Executiva ou do Conselho Deliberativo, para, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

**Artigo 19º.** A Assembleia Geral instalar-se-á com o quórum de, pelo menos, metade dos Associados, em primeira convocação ou, em segunda convocação, 1 (uma) hora após a primeira, ou em outro horário ou data constante do anúncio de convocação, que poderá ser no mesmo dia, com qualquer número de Associados.

**§1º.** Observado o disposto no §2º, abaixo, as deliberações serão tomadas pelo voto favorável da maioria dos Associados presentes. Em caso de empate, deverá ser convocada uma nova Assembleia no prazo de 15 (quinze) dias para deliberar, em última instância, sobre o assunto. Em caso de novo empate, o Presidente da Mesa terá o voto de qualidade.

**§2º.** As deliberações sobre as matérias previstas nas alíneas (d), (e) e (g) do Artigo 20º, abaixo, serão tomadas pelo voto favorável de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos Associados presentes.

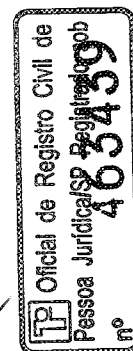
**§3º.** Os Associados, presentes na Assembleia Geral, escolherão, entre seus pares, o Presidente da Mesa para dirigir os trabalhos e este escolherá o secretário da Mesa.

**§4º.** A Assembleia Geral poderá ser simultaneamente realizada em 2 (duas) ou mais praças onde o Instituto mantenha escritório, filial ou sucursal, admitida a utilização de meios e sistemas eletrônicos que permitam a participação remota dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo e dos Associados às discussões e deliberações.

**§5º.** As deliberações das Assembleias Gerais serão lavradas em atas, assinadas por todos os presentes e devidamente registradas.

**Artigo 20º.** Compete à Assembleia Geral:

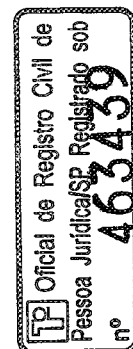
- a) examinar e aprovar, até o final do mês de abril de cada ano, as contas da administração, bem como as demonstrações financeiras do Instituto relativas ao exercício anterior, elaboradas pela administração e



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
 1º RCP/JSP  
 PRENOTADO

acompanhadas de parecer do Conselho Fiscal e do relatório da auditoria independente;

- b) eleger e destituir os membros do Conselho Deliberativo; ✓
- c) eleger e destituir os membros do Conselho Fiscal; ✓
- d) aprovar a criação de novas categorias de Associados, bem como fixar seus respectivos direitos e deveres;
- e) alterar os direitos e deveres de categorias de Associados;
- f) aprovar outras alterações do Estatuto Social, além daquelas decorrentes da aprovação das alíneas (d) e (e) deste Artigo;
- g) deliberar sobre a dissolução, liquidação e extinção do Instituto e determinar o destino de seu patrimônio, nos termos deste Estatuto; e
- h) julgar recursos interpostos contra atos do Conselho Deliberativo, nas hipóteses previstas neste Estatuto.



**Parágrafo Único.** A Assembleia Geral será ordinária quando tratar das matérias indicadas nas alíneas (a) e (b) do *caput*, e extraordinária nos demais casos e sempre que os interesses do Instituto o exigirem.

## Seção II – Conselho Deliberativo

**Artigo 21º.** O Conselho Deliberativo é órgão de deliberação e gestão administrativa do Instituto, composto por, no mínimo, 05 (cinco) membros e, no máximo, 11 (onze) membros, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, observado o procedimento previsto no §1º deste Artigo. O mandato dos membros do Conselho Deliberativo será de 2 (dois) anos, permitida uma reeleição sucessiva, prorrogando-se o mandato automaticamente até que ocorra nova eleição e os conselheiros nela eleitos tomem posse. A eleição dos membros do Conselho Deliberativo deve observar, preferencialmente, a recondução de, no mínimo, 1 (um) membro do Conselho Deliberativo que tenha sido eleito no mandato a se encerrar, com a finalidade de se manter a memória histórica do Conselho Deliberativo.

**§1º.** De modo a garantir maior pluralidade e capacitação técnica do Conselho Deliberativo, a indicação dos 11 (onze) membros do Conselho Deliberativo, que serão todos eleitos pela Assembleia geral, observará o seguinte procedimento e proporção: (i) 2 (dois) membros indicados pela Assembleia Geral, sendo que 1 (um) deles deverá ocupar a função de Presidente do Conselho Deliberativo; (ii) 3 (três) membros serão provenientes dos Associados de Setor; (iii) 2 (dois) membros serão provenientes dos Associados Apoiadores; (iv) 2 (dois) membros serão provenientes de Entidades Setoriais (assim entendidas as entidades que se qualificariam como Associadas Entidades Setoriais, independentemente de serem Associados ou não); e (v) 2 (dois) membros serão provenientes da Sociedade Civil. Para fins deste Parágrafo, considera-se "Sociedade Civil" a organização da sociedade civil conforme definida na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Caso o Conselho Deliberativo seja formado por um número de membros inferior a 11 (onze), a mesma proporção acima deverá ser observada em sua composição.

**§2º.** O Conselho Deliberativo será formado por pessoas (i) naturais, e (ii) diplomadas em curso de nível universitário.

**§3º.** Não podem ser eleitos para o Conselho Deliberativo, ou mantidos no cargo durante seu mandato, as pessoas: (i) impedidas por lei especial, ou condenadas por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, (ii) que tenham interesses conflitantes com o Instituto, e (iii) que não tenham reputação ilibada.

**§4º.** O Conselho Deliberativo reunir-se-á no mesmo dia de sua investidura para escolher o seu Presidente.

**§5º.** São atribuições do Presidente do Conselho Deliberativo: (a) convocar as reuniões, presidir e dirigir os trabalhos do Conselho Deliberativo; (b) cumprir e fazer cumprir as disposições estatutárias, outras normas internas e as deliberações do Conselho Deliberativo; e (c) ter voto de qualidade nas deliberações do Conselho Deliberativo, em caso de empate. ✓

**§6º.** O Presidente do Conselho Deliberativo não poderá ser nomeado, durante seu mandato, Diretor Presidente do Instituto. ✓

**§7º.** O Presidente do Conselho Deliberativo será substituído em suas ausências e/ou impedimentos por qualquer dos outros conselheiros a ser escolhido em reunião do Conselho de Deliberativo.

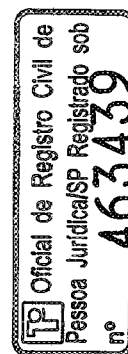
**§8º.** No caso de ausência temporária de qualquer dos Conselheiros, este poderá ser substituído por qualquer outro membro do Conselho Deliberativo, conforme previamente indicado pelo Conselheiro ausente.

**§9º.** No caso de vacância definitiva de membro do Conselho Deliberativo, a Assembleia Geral reunir-se-á no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a vacância para eleger o novo membro, que permanecerá no cargo até o fim do mandato de seu antecessor. Considera-se como vacância definitiva, para fins deste Parágrafo, (i) o impedimento para o exercício da função, ainda que temporário e por qualquer razão, por mais de 90 (noventa dias), ou (ii) a ausência sem motivo justificado, a critério do Conselho Deliberativo, em mais de 3 (três) reuniões consecutivas, ou (iii) caso o membro do Conselho Deliberativo deixe de fazer parte do setor ou Associado do qual era representante.

**§10º.** Os membros do Conselho Deliberativo não serão remunerados por suas funções estatutárias.

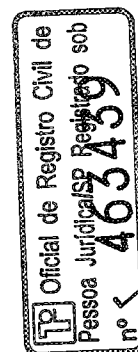
**Artigo 22º.** Compete ao Conselho Deliberativo:

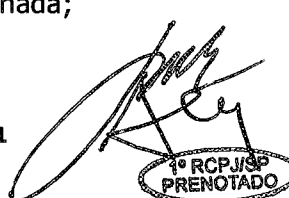
- a) zelar pela missão, valores, princípios e propósitos do Instituto;
- b) estabelecer as estratégias, diretrizes e prioridades de atuação e políticas institucionais do Instituto;
- c) cumprir e fazer cumprir o Estatuto, as normas de autorregulação, os regimentos internos e demais normas e diretrizes internas do Instituto;
- d) acompanhar, orientar e avaliar a gestão executiva, administrativa e institucional da Diretoria Executiva;
- e) aprovar, anualmente, os valores e cronograma de pagamento da Taxa de Ingresso dos Associados ao Instituto, bem como fixar o período de isenção de cobrança de contribuições ordinárias por novos Associados;



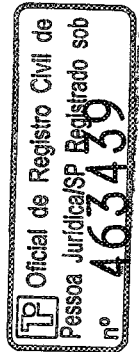
*[Handwritten signature]*  
 1º RCPJ/SP  
 PRENOTADO

- f) fixar, anualmente, os valores e cronograma de pagamento das contribuições ordinárias e, se for o caso, extraordinárias dos Associados ao Instituto, observado o disposto nos §§1º e 2º do Artigo 66º, abaixo;
- g) aprovar o Plano de Trabalho Anual proposto pela Diretoria Executiva e suas revisões ou alterações;
- h) aprovar o Orçamento Anual e suas revisões ou alterações, observado o disposto nos §§1º e 2º do Artigo 66º, abaixo;
- i) eleger e destituir a Diretoria Executiva;
- j) fixar a remuneração dos membros da Diretoria Executiva que atuarem efetivamente na gestão do Instituto;
- k) eleger e destituir os membros do Conselho de Ética e Integridade, observado o disposto no Artigo 41º;
- l) nomear e destituir os membros do Conselho Consultivo, bem como alterar sua composição, e decidir sobre a conveniência de sua instalação, manutenção e extinção em relação aos objetivos do Instituto, observado o disposto no Artigo 37º;
- m) escolher e destituir os auditores independentes;
- n) aprovar qualquer alteração às práticas e políticas contábeis, exceto conforme exigido por Lei;
- o) aprovar ou alterar as normas de autorregulação, políticas, códigos (inclusive Código de Ética e Integridade) e regimentos internos;
- p) <sup>✓</sup> propor alterações ao Estatuto para aprovação da Assembleia Geral;
- q) decidir sobre os casos omissos do Estatuto Social, do regimento e normas internas do Instituto;
- r) decidir sobre recursos à admissão de novos Associados que não tenham obtido o parecer favorável do Conselho de Ética e Integridade, conforme previsto no Artigo 7º. §3º;
- s) estabelecer penalidades de suspensão de direitos ou julgar pedidos de exclusão de Associados, bem como julgar eventuais recursos apresentados pelos Associados;
- t) aprovar qualquer investimento ou despesa não prevista no Orçamento Anual cujo valor, individual ou agregado dentro de um mesmo exercício social, seja superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- u) aprovar a aquisição, alienação, locação, disposição ou arrendamento de bens imóveis ou qualquer outro bem do ativo permanente do Instituto, e ainda, a constituição de quaisquer ônus sobre qualquer bem imóvel ou sobre qualquer outro bem do ativo permanente do Instituto;
- v) aprovar a celebração de qualquer contrato ou acordo ou operação, de qualquer natureza, com parte relacionada;



  
 1º RCP/JS  
 PRENOTADO





- w) aprovar a celebração de contratos em valores superiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) em uma única transação ou uma série de transações em período de 12 meses;
- x) autorizar a propositura de qualquer ação judicial, arbitragem ou medida administrativa envolvendo valor superior a R\$100.000,00 (cem mil reais);
- y) aprovar ou rejeitar doações, dotações, legados, subvenções, auxílios e contribuições de entidades governamentais, nacionais ou estrangeiras *ad referendum* do Conselho de Ética e Integridade;
- z) autorizar a realização do monitoramento de projetos públicos e privados de infraestrutura de justificada relevância econômica ou social, a partir de solicitações recebidas pelo Instituto da sociedade civil, conforme detalhado em regulamento interno;
- aa) deliberar sobre a possibilidade de Diretor do Instituto exercer outra(s) atividade(s) privada(s), observado o disposto no Artigo 25º; e
- bb) praticar todos os demais atos de gestão que tenham sido atribuídos especificamente à Diretoria Executiva, mas que não foram devidamente cumpridos nos termos deste Estatuto Social.

**Artigo 23º.** O Conselho Deliberativo reunir-se-á:

- a) ordinariamente, pelo menos, em periodicidade bimestral;
- b) extraordinariamente, a qualquer tempo, mediante convocação (i) de seu Presidente, (ii) da maioria de seus membros, ou (iii) de 1/5 (um quinto) dos Associados em pleno gozo de seus direitos estatutários.

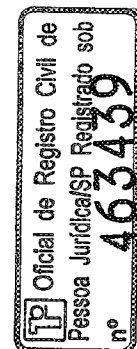
**§1º.** As convocações serão realizadas mediante carta, e-mail ou qualquer outro meio de comunicação escrito com aviso de recebimento, com, pelo menos, 5 (cinco) dias de antecedência, em que se mencionarão a data, horário e os assuntos que constarão da ordem do dia da reunião, bem como serão acompanhadas de eventuais documentos necessários que serão objeto das discussões propostas. ✓

**§2º.** As reuniões do Conselho Deliberativo serão instaladas com a presença da maioria dos conselheiros em exercício. As deliberações do Conselho Deliberativo serão tomadas pela maioria dos conselheiros em exercício, constarão de ata lavrada em livro próprio, lida, aprovada e assinada pelos membros do Conselho Deliberativo presentes e encaminhadas à Assembleia Geral.

**§3º.** Cada Conselheiro em exercício terá direito a 1 (um) voto nas reuniões do Conselho Deliberativo.

**§4º.** Nas reuniões ordinárias do Conselho Deliberativo, será considerada a participação e voto somente dos conselheiros fisicamente presentes. Nas reuniões extraordinárias, fica facultada, se necessário, a participação dos conselheiros nas reuniões por telefone, videoconferência, ou outro meio de comunicação que possa assegurar a participação efetiva e a autenticidade de seu voto. O Conselheiro, nessa hipótese, será considerado presente à reunião, e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais e incorporado à ata da referida reunião.

**Seção III – Diretoria Executiva**



**Artigo 24º.** A Diretoria Executiva será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) Diretores, sendo um deles sempre o Diretor Presidente – observado o disposto no Artigo 26º -, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho Deliberativo. O mandato da Diretoria Executiva será de 3 (três) anos, permitida uma reeleição sucessiva, prorrogando-se o mandato automaticamente até que ocorra nova eleição e os diretores nela eleitos tomem posse.

**§1º.** A Diretoria Executiva poderá ser composta pelos seguintes cargos, que serão designados na eleição:

- a) Diretor Presidente;
- b) Diretor Financeiro;
- c) Diretor de Assuntos Institucionais e Internacionais;
- d) Diretor de Ética e Integridade;
- e) Diretor de Infraestrutura;
- f) Diretor de Sustentabilidade, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho.

**§2º.** O Conselho Deliberativo poderá, a qualquer tempo, destituir os membros da Diretoria Executiva, com ou sem justa causa. Fica desde já certo que qualquer Diretor será destituído de seu cargo por justa causa, na ocorrência, entre outras hipóteses, de (i) prática de atos ou desenvolvimento de atividades que alterem ou desvirtuem a missão do Instituto prevista no Artigo 3º, ou em desacordo com o Plano de Trabalho Anual aprovado pelo Conselho Deliberativo; (ii) qualquer fato ou evento previsto no Artigo 59º. §1º; (iii) descumprimento de outros deveres legais ou estatutários, bem como violação das leis e regulamentações aplicáveis.

**§3º.** A remuneração da Diretoria Executiva será fixada pelo Conselho Deliberativo, considerando as práticas de mercado aplicáveis.

**§4º.** Não poderão ser eleitos membros da Diretoria Executiva quaisquer indivíduos que, em relação a qualquer Associado ou a suas respectivas Partes Relacionadas: (a) seja acionista, sócio, empregado, funcionário ou administrador; (b) seja empregado, funcionário ou administrador de entidade que esteja oferecendo serviços e/ou produtos; (c) seja cônjuge, companheiro, parente ou afim, até segundo grau, das pessoas referidas nas alíneas "a" e "b"; (d) seja cônjuge, companheiro, parente ou afim, até segundo grau, de algum conselheiro, diretor ou gerente; e (e) cujo vínculo ou relacionamento, tal como definido nas alíneas anteriores, não tenha cessado há, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias.

**§5º.** É vedada, ainda, a eleição de membro da Diretoria Executiva que: (i) não possua notória especialidade em seu campo profissional e reputação ilibada, (ii) seja ocupante de cargo público ou tenha ocupado cargo público nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data prevista para eleição; e (iii) não tenha cumprido os demais requisitos previstos no Código de Ética e Integridade, especialmente em relação a conflito de interesses.

**Artigo 25º.** Os cargos da Diretoria Executiva serão compatíveis com o exercício de atividade privada, desde que tal prática não comprometa a independência e a imparcialidade das decisões tomadas, bem como não prejudique o cumprimento dos deveres estatutários, devendo seus ocupantes observarem as regras de prevenção a conflito de interesse instituídas no Código de Ética e Integridade e na autorregulação.

**§1º.** Os membros da Diretoria Executiva que exercerem outra atividade deverão firmar termo de compromisso e de responsabilidade específico, assim como permanecerão disponíveis para prestar as informações necessárias (*full disclosure*) e, principalmente, observarão as regras de impedimento e de prevenção a conflito

de interesse instituídas no Código de Ética e Integridade, na autorregulação e nas leis aplicáveis.

**§2º.** Não será considerado impedimento por parte dos membros da Diretoria Executiva exercer atividades acadêmicas e docentes, como ministrar aulas, seminários, palestras e conferências, a título gratuito ou mediante recebimento de remuneração.

**§3º.** Os casos de dúvida quanto à possibilidade de exercício de outra atividade deverão ser submetidos pelo interessado à deliberação do Conselho Deliberativo.

**Artigo 26º.** O Diretor Presidente não poderá ser, durante seu mandato, o Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto.

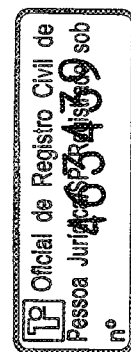
**§1º.** No caso de vacância definitiva do cargo de Diretor Presidente, o Conselho Deliberativo reunir-se-á no prazo de 15 (quinze) dias após a vacância, para nomear um substituto, que então permanecerá no cargo até o fim do mandato do membro substituído. Considera-se como vacância definitiva, para fins deste Parágrafo, o impedimento para o exercício pleno da função, ainda que temporário e por qualquer razão, por mais de 90 (noventa dias).

**§2º.** Compete ao Diretor Presidente a orientação dos trabalhos dos Diretores, observadas as atribuições definidas pelo Conselho Deliberativo.

**§3º.** Competirá exclusivamente ao Diretor Presidente ou a quem ele indicar a realização de quaisquer comunicações à imprensa e veículos de comunicação sobre quaisquer assuntos relacionados ao Instituto.

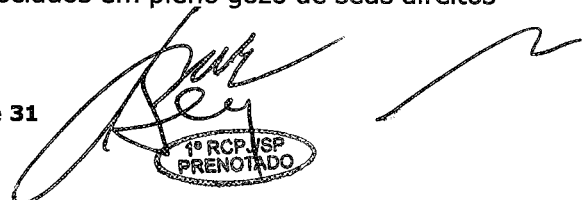
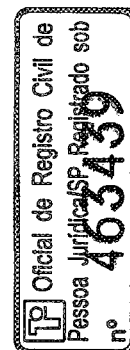
**Artigo 27º.** Compete à Diretoria Executiva:

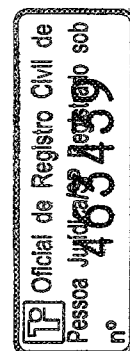
- a) elaborar proposta de Plano de Trabalho Anual da Diretoria Executiva, bem como suas revisões e atualizações, a ser submetida à aprovação do Conselho Deliberativo, plano esse que deverá estar sempre de acordo com a missão do Instituto prevista no Artigo 3º;
- b) zelar pelo fiel cumprimento do presente Estatuto, dos regimentos, políticas, normas e diretrizes internas do Instituto e da autorregulação, bem como das deliberações emanadas da Assembleia Geral e do Conselho Deliberativo;
- c) cuidar da gestão executiva, administrativa e institucional do Instituto;
- d) propor ao Conselho Deliberativo modificações que se fizerem necessárias no Estatuto Social, regimentos ou políticas internas do Instituto;
- e) propor a admissão de novos Associados ou admitir pedidos de inscrição de Associados, *ad referendum* do Conselho de Ética e Integridade;
- f) acatar pedidos de desligamento voluntário de Associados;
- g) propor ao Conselho Deliberativo a exclusão de Associados, nas hipóteses previstas neste Estatuto;
- h) autorizar a abertura, transferência e encerramento de estabelecimentos e escritórios do Instituto em qualquer parte do território nacional ou no exterior;

- i) constituir e encerrar Comitês e Grupos de Trabalhos, permanentes ou não, fixando suas atribuições e nomeando seus membros;
- j) propor ao Conselho Deliberativo o valor da Taxa de Ingresso de novos Associados e respectivo cronograma de pagamento, bem como eventual período de isenção de cobrança de contribuições ordinárias por referidos novos Associados;
- k) propor ao Conselho Deliberativo os valores e cronograma de contribuições periódicas dos Associados, observado o disposto nos §§1º e 2º do Artigo 66º, abaixo;
- l) aceitar ou rejeitar doações, patrocínios, legados, observado o disposto na alínea (y) do Artigo 22º;
- m) não permitir a participação do Instituto em campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas;
- n) gerir os recursos do Instituto, inclusive do Fundo de Reserva, nos termos deste Estatuto;
- o) elaborar a proposta de programação anual de atividades e de Orçamento Anual com indicação de receitas e despesas para o exercício seguinte para aprovação do Conselho Deliberativo;
- p) contratar e demitir funcionários;
- q) representar o Instituto, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, observado o disposto no Artigo 29º;
- r) elaborar a autorregulação do setor e propor alterações, a serem levadas à aprovação pelo Conselho Deliberativo;
- s) fiscalizar a aplicação e o cumprimento da autorregulação do setor, e adotar os instrumentos necessários para tais atividades;
- t) responder em caráter definitivo a consultas sobre condutas e conflito de interesse formuladas por membros da Diretoria Executiva e por colaboradores, consultores, superintendente, assessores, funcionários e prestadores de serviço do Instituto;
- u) desempenhar quaisquer atos que lhe sejam atribuídos pelo Conselho Deliberativo ou pela Assembleia Geral;
- v) elaborar e rever, periodicamente, estudo de riscos estratégicos e de metas;
- w) propor a indicação de membros do Conselho de Ética e Integridade para aprovação pelo Conselho Deliberativo;
- x) praticar todos os demais atos de gestão que não tenham sido atribuídos especificamente a outros órgãos e/ou membros do Instituto.

**Artigo 28º.** A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros ou de 1/5 (um quinto) dos Associados em pleno gozo de seus direitos



estatutários, devendo, neste caso, observar os procedimentos previstos no Artigo 23º. §1º.

**§1º.** As deliberações da Diretoria serão tomadas pela maioria dos Diretores em exercício, sendo que, em caso de empate, o Diretor Presidente terá voto de qualidade.

**§2º.** Das reuniões da Diretoria Executiva serão lavradas atas próprias e poderão ser gravadas em áudio, vídeo ou outro meio que garanta a fidelidade e autenticidade de seu conteúdo.

**Artigo 29º.** A representação do Instituto será realizada pela assinatura conjunta de: (a) 2 (dois) Diretores em conjunto; (b) 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador; ou (c) 2 (dois) procuradores em conjunto.

**§1º.** As procurações do Instituto serão assinadas, em conjunto, por 2 (dois) Diretores, e conterão especificação expressa dos poderes conferidos, o número e qualificação dos procuradores, bem como o prazo de vigência que não poderá ultrapassar 1 (um) ano, excetuado o disposto no §2º, abaixo.

**§2º.** As procurações para fins judiciais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado e serão outorgadas para fins específicos, como as demais, não sendo admitidas as para o foro em geral.

**§3º.** Não terão validade, nem obrigarão o Instituto, os atos praticados em desconformidade com o disposto neste artigo.

**Artigo 30º.** Os membros da Diretoria Executiva, os integrantes dos Comitês e dos demais órgãos técnicos, deverão cumprir e fazer cumprir as regras de sigilo e confidencialidade previstas no Código de Ética e Integridade e nas leis aplicáveis, tais como nas normas anticorrupção e de defesa da concorrência, propriedade industrial e intelectual, proteção de dados pessoais e privacidade, entre outras.

**Artigo 31º.** São expressamente vedados, sendo considerados nulos e ineficazes com relação ao Instituto e a terceiros, os atos de qualquer Diretor, funcionário ou procurador do Instituto que o envolverem em qualquer obrigação relativa a negócios ou operações estranhos à sua missão e objeto social, bem como concessão de garantias em favor de terceiros, tais como fianças, avais, endossos ou outras garantias quaisquer, salvo quando expressamente autorizado pelo Conselho Deliberativo.

#### Seção IV – Conselho Fiscal

**Artigo 32º.** O Instituto terá um Conselho Fiscal, de funcionamento permanente, que será composto por 3 (três) membros titulares e 3 (três) membros suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, para um mandato de 3 (três) anos, permitida uma reeleição sucessiva.

**§1º.** O Conselho Fiscal será formado por pessoas (i) naturais, (ii) residentes no Brasil, (iii) diplomadas em curso de nível universitário, ou que tenham exercido, por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de administrador de empresa ou de conselheiro fiscal, preferencialmente, por pessoas com formação na área contábil, financeira ou administrativa, ou ainda que possuam experiência na área de Ciências Contábeis, Economia ou Administração de Empresas.

**§2º.** Não podem ser eleitos para o Conselho Fiscal, ou mantidos no cargo durante seu mandato, as pessoas: (i) impedidas por lei especial, ou condenadas por crime

falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, (ii) que tiverem interesses perenes conflitantes com o Instituto, (iii) que não tenham reputação ilibada, (iv) que são membros de órgãos de administração ou empregados do Instituto ou de Associados, e (v) o cônjuge ou parente, até o quarto grau, de administradores do Instituto.

**§3º.** Os membros do Conselho Fiscal não serão remunerados por suas funções estatutárias.

**§4º.** No caso de vacância definitiva de integrante do Conselho Fiscal, o Conselho Deliberativo reunir-se-á no prazo de 30 (trinta) dias após vacância, para eleger o novo integrante, que então permanecerá no cargo até o fim do mandato do membro substituído. A função de membro do Conselho Fiscal é indelegável. Considera-se como vacância definitiva, para fins deste Parágrafo, o impedimento para o exercício da função, ainda que temporário e por qualquer razão, por mais de 180 (cento e oitenta dias), ou a ausência sem motivo justificado, a critério do Conselho, em mais de 3 (três) reuniões consecutivas.

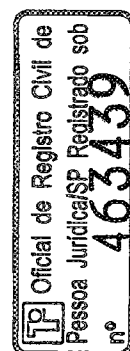
**§5º.** Terminado o mandato, os membros do Conselho Fiscal permanecerão em seus cargos até a eleição e posse de seus substitutos.

**§6º.** Ao Conselho Fiscal será garantido o acesso a todos os livros e documentos contábeis e sociais necessários à verificação da regularidade de aplicação dos recursos do Instituto.

**Artigo 33º.** Compete ao Conselho Fiscal:

- a) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- b) opinar sobre o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras do Instituto, fazendo constar de seu parecer as informações que julgar necessárias ou úteis aos órgãos internos superiores do Instituto;
- c) zelar pela observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade, na prestação de contas e atos correlatos do Instituto;
- d) emitir pareceres, sempre que solicitado pela Assembleia Geral, pelo Conselho Deliberativo ou pelo Diretor Presidente, sobre assuntos financeiros de interesse do Instituto;
- e) acompanhar o trabalho dos auditores externos independentes contratados;
- f) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos da administração eventuais erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis ao Instituto;

**Artigo 34º.** O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, a cada trimestre, e, extraordinariamente, sempre que convocadas por qualquer membro do Conselho Fiscal, do Conselho Deliberativo ou, ainda, pelo Diretor Presidente.

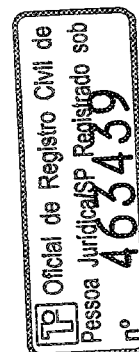


*[Handwritten signature]*  
 RCP/SP  
 PRENOTADO

**§1º.** As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria simples de votos e constarão de ata lavrada em livro próprio, lida, aprovada e assinada pelos membros do Conselho Fiscal presentes e encaminhadas à Assembleia Geral.

**§2º.** Os membros do Conselho Fiscal serão considerados presentes às reuniões, ainda que não se encontrem fisicamente em seu local de realização, se puderem, por meio de telefone, videoconferência ou outro meio de comunicação similar, permanecer em contato direto com os outros membros, ouvindo-se respectivamente.

**Artigo 35º.** O Regimento Interno do Instituto estabelecerá normas complementares acerca do procedimento de votação, fiscalização das chapas e apuração do resultado da eleição do Conselho Fiscal.



### Seção V - Conselho Consultivo

**Artigo 36º.** O Instituto terá um Conselho Consultivo, de funcionamento facultativo, que atuará como órgão de aconselhamento ao Conselho Deliberativo, na forma prevista neste Estatuto, e não terá qualquer função administrativa.

**Artigo 37º.** O Conselho Consultivo será composto por número ímpar de conselheiros, nomeados pelo Conselho Deliberativo, que deverão ter: (i) ilibada reputação e notória representatividade, (ii) atuação em prol da ética nas relações empresariais, (iii) atenderem aos mesmos requisitos previstos neste Estatuto para os Associados Honorários.

**§1º.** O Presidente do Conselho Consultivo será eleito pela maioria dos membros do Conselho Consultivo na primeira reunião realizada após sua nomeação. Ao Presidente do Conselho Consultivo caberá convocar as reuniões do Conselho Consultivo com, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis de antecedência mediante aviso por escrito aos demais conselheiros.

**§2º.** Os membros do Conselho Consultivo não serão remunerados por suas funções estatutárias.

**Artigo 38º.** Compete ao Conselho Consultivo:

- a) assessorar o Conselho Deliberativo na elaboração das estratégias de atuação e das políticas institucionais do Instituto com vistas à consecução de seu objeto social e cumprimento de sua missão;
- b) analisar e opinar sobre propostas e assuntos que sejam submetidos à apreciação do Conselho Deliberativo;
- c) desenvolver estudos, projetos e pesquisas, bem como aconselhar o Conselho Deliberativo e a Diretoria Executiva na elaboração de projetos inovadores nas áreas de atuação relacionadas ao objeto social do Instituto;
- d) estudar propostas e sugestões manifestadas pela comunidade e contribuir com sugestões, críticas e pareceres a serem analisados pela Assembleia Geral, Conselho Deliberativo ou Diretoria Executiva, conforme o caso;
- e) auxiliar o Conselho Deliberativo ou a Diretoria Executiva, individual ou coletivamente, sobre assuntos relacionados à área técnica do objeto social e missão do Instituto, ou sempre que convocado;

A large, stylized handwritten signature in black ink. Below it is a circular stamp that reads "1º RCPJSP PRENOTADO".

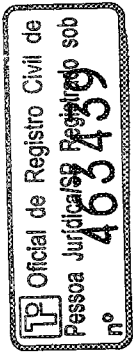
**Artigo 39º.** O Conselho Consultivo reunir-se-á sempre que convocado pelo Presidente do Conselho Deliberativo.

**§1º.** As reuniões do Conselho Consultivo serão dirigidas pelo seu Presidente ou, na sua ausência ou impedimento, por qualquer um de seus membros. As reuniões serão instaladas com, pelo menos, metade dos membros em exercício e as deliberações serão tomadas por maioria simples de votos dos presentes, sendo que, em caso de empate, o Presidente do Conselho Consultivo terá voto de qualidade. As deliberações do Conselho Consultivo não são vinculantes.

**§2º.** Os membros do Conselho Consultivo serão considerados presentes às reuniões, ainda que não se encontrem fisicamente em seu local de realização, se puderem, por meio de telefone, videoconferência ou outro meio de comunicação similar, permanecer em contato direto com os outros membros, ouvindo-se respectivamente.

**§3º.** O Conselho Consultivo definirá as demais regras de governança que lhes forem aplicáveis garantindo igualdade de direitos e deveres entre seus conselheiros.

**§4º.** O Conselho Deliberativo poderá alterar a composição do Conselho Consultivo, bem como decidir sobre a conveniência de sua instalação, manutenção e extinção em relação aos objetivos do Instituto.



**Seção VI – Conselho de Ética e Integridade**

**Artigo 40º.** O Instituto terá um Conselho de Ética e Integridade, de funcionamento permanente, que atuará na forma deste Estatuto Social.

**Artigo 41º.** O Conselho de Ética e Integridade será composto por, no mínimo, 3 (três) membros, e, no máximo, 7 (sete) membros, indicados pela Diretoria Executiva e aprovados pelo Conselho Deliberativo, com mandato de 3 (três) anos, sendo permitida uma reeleição sucessiva.

**§1º.** O Conselho de Ética e Integridade será formado por pessoas (i) naturais, (ii) residentes no Brasil e (iii) diplomadas em curso de nível universitário. Não podem ser eleitos para o Conselho de Ética e Integridade, ou mantidos no cargo durante seu mandato, as pessoas: (i) impedidas por lei especial, ou condenadas por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, (ii) que tiverem interesses perenes conflitantes com o Instituto, (iii) que não tenham reputação ilibada, (iv) que são membros de órgãos de administração ou empregados do Instituto ou de Associados, e (v) o cônjuge ou parente, até quarto grau, de administradores do Instituto.

**§2º.** O Presidente do Conselho de Ética e Integridade será eleito pela maioria dos membros do Conselho de Ética e Integridade na primeira reunião realizada após sua eleição. Ao Presidente do Conselho de Ética e Integridade caberá convocar as reuniões do Conselho de Ética e Integridade com, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis de antecedência mediante aviso por escrito aos demais conselheiros.

**§3º.** Os membros do Conselho de Ética e Integridade não serão remunerados por suas funções estatutárias.

**§4º.** Terminado o mandato, os Conselheiros permanecerão em seus cargos até a nomeação e posse de seus substitutos.

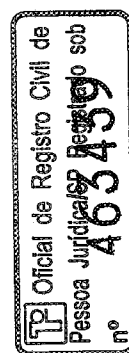
*[Handwritten signature]*  
**1º RCPJ/SP PRENDADO**



**§5º.** No caso de vacância, por qualquer razão, ainda que temporária e superior a 90 (noventa) dias, de membro do Conselho de Ética e Integridade, esta vacância deverá ser comunicada pelo Presidente do Conselho de Ética e Integridade, ou, em sua ausência, por qualquer de seus membros, ao Presidente do Conselho Deliberativo, que solicitará aos componentes do grupo a quem couber a respectiva indicação, na forma do *caput* deste Artigo, a indicação do nome do substituto.

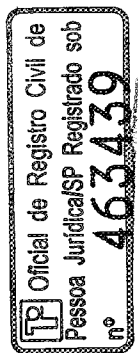
**Artigo 42º.** Compete ao Conselho de Ética e Integridade, além de outras funções que lhe sejam atribuídas:

- a) Exercer as funções previstas no Código Ética e Integridade, e cumprir e fazer cumprir suas normas;
- b) Atuar, temporariamente, como Ouvidoria do Instituto até que seja instalado um órgão próprio e independente de Ouvidoria, observado que as funções, prerrogativas e atribuições da Ouvidoria serão definidas em regulamento próprio;
- c) Analisar questões éticas ligadas à missão e/ou estratégia do Instituto, bem como à condução de seus Associados e dos membros dos órgãos internos do Instituto;
- d) Manifestar-se sobre o cumprimento dos requisitos estatutários por parte dos candidatos a compor o quadro de Associados;
- e) Elaborar os requisitos, os *standards* e as categorias de certificação, selos e distinções, de acordo com as melhores práticas do setor, e submetê-los à apreciação da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo;
- f) Elaborar relatórios periódicos e pareceres sobre a certificação, os selos e as distinções concedidos aos Associados, e fiscalizar o cumprimento por parte destes;
- g) Receber reclamações, denúncias e notícias de fato, instruir e, quando for o caso, analisar os processos de apuração de infração instaurados contra os Associados, nos termos da autorregulação, e propor à Diretoria Executiva e/ou ao Conselho Deliberativo, conforme aplicável, o arquivamento ou a aplicação de penalidade;
- h) Elaborar proposta e sugerir revisões, emendas e alterações nos procedimentos de análise dos pedidos de associação e adesão, e dispor sobre a forma de consulta ao quadro social;
- i) Responder, quando solicitado pelos órgãos sociais, a consultas e dúvidas sobre condutas e conflito de interesse que forem formuladas pelos colaboradores, consultores, coordenadores, assessores, funcionários e prestadores de serviço do Instituto;
- j) Analisar questões relacionadas à existência ou não de conflito de interesses entre o Instituto, seus Associados, administradores, conselheiros, colaboradores e partes relacionadas
- k) Elaborar proposta e submeter ao Conselho Deliberativo, revisões, emendas e alterações ao Código de Ética e Integridade e à política de conflito de interesses do Instituto, definidas em autorregulação e nas leis vigentes;



*[Handwritten signature]*  
RCP/JSP  
PRENOTADO

- l) Elaborar proposta e submeter ao Conselho Deliberativo emendas ou alterações ao Código de Ética e Integridade, e opinar sobre a interpretação dos normativos que lhe forem submetidos, quando solicitado;
- m) Analisar e emitir parecer sobre a admissão de Candidato ao Instituto indicado pela Diretoria Executiva;
- n) Propor medidas para coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais em decorrência da participação de indivíduos em processos decisórios;
- o) Acompanhar a discussão e, quando solicitado pela Diretoria Executiva ou pelo Conselho Deliberativo, elaborar estudos e relatórios sobre projetos de lei e outros atos normativos que tenham por objeto ou possam produzir efeitos na implementação, fiscalização e execução de políticas públicas que estejam estritamente alinhadas às finalidades do Instituto e que digam respeito a ética e integridade; e
- p) Dar parecer sobre doações, dotações, legados, subvenções, auxílios e contribuições de entidades governamentais, nacionais ou estrangeiras.



**Parágrafo Único.** O Conselho de Ética e Integridade poderá contar com apoio técnico e consultivo dos demais Comitês do Instituto para cumprir com o disposto na alínea (f) do *caput*, acima.

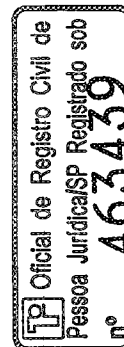
**Artigo 43º.** O Conselho de Ética e Integridade reunir-se-á, ordinariamente, em periodicidade bimestral e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente do Conselho Deliberativo.

**§1º.** As reuniões do Conselho de Ética e Integridade serão dirigidas pelo seu Presidente ou, na sua ausência ou impedimento, por qualquer um de seus membros. As reuniões serão instaladas com, pelo menos, metade dos membros em exercício e as deliberações serão tomadas por maioria simples de votos dos presentes, sendo que, em caso de empate, o Presidente do Conselho de Ética e Integridade terá voto de qualidade. As deliberações do Conselho de Ética e Integridade não são vinculantes.

**§2º.** Os membros do Conselho de Ética e Integridade serão considerados presentes às reuniões, ainda que não se encontrem fisicamente em seu local de realização, se puderem, por meio de telefone, videoconferência ou outro meio de comunicação similar, permanecer em contato direto com os outros membros, ouvindo-se respectivamente.

**Artigo 44º.** Os Associados do Instituto, os membros do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, do Conselho Consultivo e dos Comitês do Instituto devem informar e manter informado o Conselho de Ética e Integridade sobre a existência de interesses próprios, financeiros ou não, em quaisquer entidades com as quais saibam ou tenham razão para saber que o Instituto mantém transações ou parcerias ou esteja negociando transações ou parcerias. Para fins desta Seção VI, interesses incluem qualquer relacionamento direto ou indireto, por negócios, investimentos ou laços familiares, como propriedade de fato ou potencial ou participações societárias e compensações. Os membros do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, do Conselho Consultivo e dos Comitês do Instituto devem, ainda, informar e manter informado o Conselho de Ética e Integridade a respeito de parentesco com agentes públicos até o quarto grau.

A large, stylized handwritten signature in black ink. Below the signature is a circular stamp that reads "RCP/SP PRENOTADO".



**§1º.** Os Associados do Instituto, os membros do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, do Conselho Consultivo e dos Comitês do Instituto devem ainda informar ao Conselho de Ética e Integridade sobre a existência de qualquer dever de fidelidade com pessoas físicas ou jurídicas que não o Instituto e que possam comprometer a sua habilidade de juízo independente de agir no melhor interesse do Instituto.

**§2º.** O fato de Associados do Instituto, membros do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, do Conselho Consultivo e dos Comitês do Instituto ocuparem cargos estatutários em outras instituições sem fins econômicos que obtenham ou pretendam obter financiamento de instituições públicas ou privadas com as quais o Instituto também obtenha ou pleiteie financiamento não deve, por si só, ser considerado conflito de interesses.

**Artigo 45º.** Se o Conselho de Ética e Integridade entender que existe conflito de interesses, referido fato deverá ser comunicado ao Conselho Deliberativo, que deverá assegurar que o Associado, membro do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, do Conselho Consultivo e/ou dos Comitês em questão não participe da decisão final sobre o tema. O Conselho Deliberativo pode ainda aprovar o tema ou uma alternativa, se considerar que esta última: (i) é do interesse do Instituto e em seu benefício; (ii) é justa e razoável para o Instituto; ou (iii) é o mais vantajoso que o Instituto pode obter com esforços razoáveis ante às circunstâncias determinadas.

**Artigo 46º.** Os Associados, membros do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, do Conselho Consultivo e dos Comitês do Instituto não devem fazer uso político de sua posição no Instituto, e devem divulgar ao Conselho de Ética e Integridade qualquer interesse político que possa comprometer sua atuação no Instituto e sua capacidade de exercer juízo independente e agir no melhor interesse do Instituto.

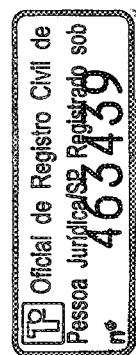
**Artigo 47º.** Se um membro do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, do Conselho Consultivo e/ou dos Comitês violar a política de conflito de interesses, o Conselho Deliberativo, para proteger os interesses do Instituto, poderá tomar as medidas disciplinares adequadas contra a pessoa em questão. Tal medida pode incluir advertência formal, cancelamento da transação que gerou o conflito de interesses, suspensão ou destituição de empregados ou membros do Instituto, observadas as regras deste Estatuto e da política interna de conflito de interesses.

### Seção VII – Comitês

**Artigo 48º.** O Instituto contará com Comitês de autorregulação, de funcionamento permanente ou temporário, conforme aplicável, de natureza consultiva e não-vinculativa, com função de assessoramento, que serão responsáveis, no mínimo, pelos seguintes temas, sem prejuízo da criação de outros que se fizerem necessários:

- a) Comitê de Sustentabilidade, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho;
- b) Comitê de Infraestrutura; e
- c) Comitê de Integridade.

**Artigo 49º.** Cada Comitê será integrado por, no mínimo, 3 (três) membros, e, no máximo, 7 (sete) membros, sendo um deles o seu coordenador, e seus membros serão indicados pela Diretoria Executiva.



**§1º.** Os mandatos dos membros do Comitê serão coincidentes com os da Diretoria Executiva, permitidas reconduções.

**§2º.** Em casos devidamente fundamentados e naqueles em que a especialização técnica ou científica assim o requerer, poderão ser admitidos nos Comitês membros que não pertençam aos quadros de Associados, desde que possuam notório conhecimento a respeito da matéria tratada.

**§3º.** As reuniões dos Comitês serão instaladas mediante a presença de, no mínimo, 3 (três) membros, sendo este seu quórum mínimo de deliberação e aprovação.

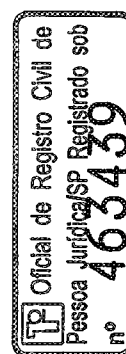
**Artigo 50º.** Compete ao Comitê de Sustentabilidade, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho, dentre outras funções que lhe forem atribuídas:

- a) Elaborar proposta de normas de autorregulação referentes à sustentabilidade, meio ambiente e segurança do trabalho e submetê-la à avaliação da Diretoria Executiva;
- b) Fiscalizar e zelar pelo cumprimento, por parte dos Associados, das normas definidas na autorregulação que se refiram aos temas de sua responsabilidade;
- c) Analisar questões técnicas ligadas a temas de sua competência, orientar interessados e propor à Diretoria Executiva a adoção de melhores práticas a serem observadas por parte dos Associados;
- d) Apresentar à Diretoria Executiva o acompanhamento das apurações de infração à autorregulação referente à sustentabilidade, meio ambiente e segurança do trabalho e sugerir a aplicação de penalidades, quando for o caso;
- e) Acompanhar a discussão e, quando solicitado pela Diretoria Executiva, elaborar estudos, relatórios e pareceres sobre projetos de lei e outros atos normativos que tenham por objeto ou possam produzir efeitos na implementação, fiscalização e execução de políticas públicas estritamente alinhadas às finalidades do Instituto e que digam respeito à sustentabilidade, meio ambiente e segurança do trabalho.

**Artigo 51º.** Compete ao Comitê de Infraestrutura, dentre outras funções que lhe forem atribuídas:

- a) Elaborar proposta de normas de autorregulação referentes à infraestrutura e submetê-la à avaliação da Diretoria Executiva;
- b) Fiscalizar e zelar pelo cumprimento, por parte dos Associados, das normas definidas na autorregulação que se refiram aos temas de sua responsabilidade;
- c) Analisar questões técnicas ligadas a temas de sua competência, orientar os interessados e propor à Diretoria Executiva a adoção de melhores práticas a serem observadas por parte dos Associados;
- d) Apresentar à Diretoria Executiva o acompanhamento das apurações de infração à autorregulação referente a infraestrutura e sugerir a aplicação de penalidades, quando for o caso;

- e) Acompanhar as questões inerentes à infraestrutura e propor à Diretoria Executiva a adoção ou desenvolvimento de projetos, alterações de normas e orientações aos Associados;
- f) Acompanhar a discussão e, quando solicitado pela Diretoria Executiva, elaborar estudos, relatórios e pareceres sobre projetos de lei e outros atos normativos que tenham por objeto ou possam produzir efeitos na implementação, fiscalização e execução de políticas públicas estritamente alinhadas às finalidades do Instituto e que digam respeito a infraestrutura.



**Artigo 52º.** Compete ao Comitê de Integridade, dentre outras funções que lhe forem atribuídas:

- a) Elaborar proposta de normas de autorregulação referentes à Compliance e integridade e submetê-la à avaliação da Diretoria Executiva;
- b) Fiscalizar e zelar pelo cumprimento, por parte dos Associados, das normas definidas na autorregulação que se refiram aos temas de sua responsabilidade;
- c) Analisar questões técnicas ligadas a temas de sua competência, orientar os interessados e propor à Diretoria Executiva a adoção de melhores práticas a serem observadas por parte dos Associados;
- d) Apresentar à Diretoria Executiva o acompanhamento das apurações de infração à autorregulação referente a integridade e sugerir a aplicação de penalidades, quando for o caso;
- e) Acompanhar as questões inerentes à integridade e propor à Diretoria Executiva a adoção ou desenvolvimento de projetos, alterações de normas e orientações aos Associados;
- f) Acompanhar a discussão e, quando solicitado pela Diretoria Executiva, elaborar estudos, relatórios e pareceres sobre projetos de lei e outros atos normativos que tenham por objeto ou possam produzir efeitos na regulação de elementos alinhados às finalidades do Instituto e que digam respeito a integridade, Compliance e combate a corrupção.

**Artigo 53º.** As atividades e os critérios de formação dos Comitês serão definidos em ato da Diretoria Executiva, com a participação dos Associados, e na autorregulação.

**Parágrafo Único.** Durante o período em que os Comitês do Instituto não estiverem devidamente instalados, a competência e responsabilidade atribuída aos referidos comitês, conforme prevista nesta Seção VII, será exercida pela Diretoria Executiva.

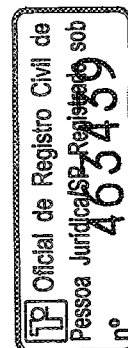
**Artigo 54º.** No exercício de suas funções, os Comitês avaliarão o cumprimento e a adequação, pelos Associados, à autorregulação instituída, e reportarão os casos de desconformidade à Diretoria Executiva, para que sejam tomadas as providências cabíveis.

**§1º.** Com o objetivo de auxiliar os Comitês, poderão ser criados Grupos de Trabalhos e comissões de acompanhamento de mercados e de atividades dos Associados, conforme parâmetros determinados em cada autorregulação.

**§2º.** A Diretoria Executiva poderá instituir contribuições específicas, a serem pagas pelos Associados ou por terceiros, com o objetivo de custear estudos, pesquisas, sondagens, projetos ou atividades determinados e/ou específicos.

**Artigo 55º.** A Diretoria Executiva poderá constituir Grupos de Trabalho, de caráter transitório, destinados a auxiliar as atividades associativas, dentre as quais se inclui a de colaborar com a atividade da autorregulação, formados por Associados e integrantes externos, inclusive agentes públicos (desde que, nesse caso, aprovado pelo Conselho de Ética e Integridade).

**Parágrafo Único.** O objeto dos Grupos de Trabalho, sua denominação e as respectivas regras de composição e funcionamento serão definidos no ato que o constituir.



## CAPÍTULO VII – PROCESSO DE CONFORMIDADE E PENALIDADES

**Artigo 56º.** Os processos de conformidade, com a finalidade de ajustar condutas, cessar práticas, obter compromissos de conformidade, apurar irregularidades e aplicar penalidades aos Associados, respeitarão os procedimentos específicos a serem estabelecidos, na autorregulação do setor e nos demais dispositivos legais aplicáveis, e observarão as seguintes diretrizes:

- a) Obediência aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência;
- b) Respeito ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa;
- c) Possibilidade de adoção de métodos alternativos de resolução de disputas e conflitos;
- d) Atenção à proporcionalidade e à razoabilidade;
- e) Formalidade moderada, necessária à garantia dos direitos dos Associados e à resposta efetiva e tempestiva por parte do Instituto;
- f) Preferência por métodos alternativos, negociais e restaurativos de solução de conflitos, tais como composição, mediação e arbitragem;
- g) Inexistência de juízo ou tribunal de exceção; e/ou
- h) Transparência e publicidade dos atos, respeitados os direitos fundamentais dos Associados e o sigilo legal das informações.

**Artigo 57º.** Sem prejuízo de outras penalidades previamente definidas em autorregulação, a infração a dispositivos deste Estatuto e o cometimento de atos ilícitos, irregulares, em desacordo com os as melhores práticas de governança e de mercado ou, ainda, incompatíveis com o decoro ético e profissional sujeitará os Associados às seguintes penalidades:

- a) Carta de advertência em caráter privado;
- b) Multa;
- c) Advertência pública;
- d) Suspensão da certificação ou do selo conferido pelo Instituto;

- e) Imposição de obrigação de fazer ou de não fazer, que incluirão, dentre outros, o compromisso de cessão de prática, o termo de ajustamento de conduta e o compromisso de conformidade;
- f) Exclusão do Instituto.

**Artigo 58º.** Compete à Ouvidoria ou, em sua ausência, ao Conselho de Ética e Integridade, e sem prejuízo do auxílio técnico dos demais Comitês, receber reclamações, denúncias e notícias de fato e, se for o caso, apurar a ocorrência de infrações à autorregulação e elaborar relatório circunstanciado, remetendo o processo para decisão e julgamento por parte da Diretoria Executiva, respeitando-se a confidencialidade das informações, o contraditório e ampla defesa, bem como os direitos da personalidade.

**§1º.** Compete à Diretoria Executiva, mediante proposta do Conselho de Ética e Integridade, definir o recebimento de reclamações e denúncias, e o procedimento de instauração, instrução e julgamento dos processos de conformidade e dos sancionatórios.

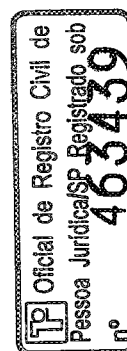
**§2º.** Os processos de conformidade e os sancionatórios deverão contemplar, no mínimo, dentre outros elementos, a descrição dos fatos averiguados e a recomendação de penalidade a ser aplicada, assegurado o direito de defesa do Associado, sem prejuízo da oralidade e da informalidade do procedimento, de acordo com o que dispuser a autorregulação.

**Artigo 59º.** A decisão que importe em penalidade ao Associado deverá ser tomada pela Diretoria Executiva ou pelo Conselho Deliberativo, conforme aplicável, cabendo recurso ao Associado.

**§1º.** Qualquer Associado poderá ser penalizado, incluindo tendo seus direitos suspensos temporariamente, pelo prazo máximo de até 3 (três) anos, ou ser excluído do Instituto por "Justa Causa", assim entendida a prática realizada por um Associado de qualquer das seguintes condutas, sem prejuízo do que dispuser a autorregulação:

- a) infração de qualquer disposição estatutária, regimental ou qualquer decisão dos órgãos sociais;
- b) qualquer ato que implique desabono ou descrédito do Instituto ou de seus membros;
- c) qualquer ato ou conduta, em nome do Instituto, para tirar proveito patrimonial ou pessoal, para si ou para terceiros;
- d) comportamento que importe em efetivo dano ou prejuízo para o Instituto, direto ou indireto ou qualquer ato ou conduta considerados reprováveis pelo Conselho de Ética e Integridade do Instituto; ou
- e) participação em atividades que contrariem decisões dos órgãos administrativos ou deliberativos.

**§2º.** Sem prejuízo do procedimento específico previsto no Artigo 60º, em caso de suspensão (que não poderá ser superior ao período de 3 (três) anos) ou exclusão de Associado, ao Associado caberá direito de ampla defesa, assegurada apresentação de recurso ao Conselho Deliberativo no prazo de 30 (trinta) dias contados da decisão formulada pela Diretoria. O recurso será apreciado pelo Conselho Deliberativo na primeira reunião a ser realizada pelo Conselho Deliberativo após a apresentação do recurso.



**Artigo 60º.** Caberá à Diretoria Executiva encaminhar ao Conselho Deliberativo o pedido de suspensão (que não poderá ser superior ao período de 3 (três) anos), ou exclusão do Associado nas hipóteses indicadas no §1º do Artigo 59º.

**§1º.** Ao Associado caberá direito de ampla defesa, assegurada apresentação de recurso ao Conselho Deliberativo no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência do pedido formulado pelo Conselho Deliberativo sobre sua suspensão ou exclusão, conforme aplicável. O recurso será apreciado pela Assembleia Geral na primeira reunião a ser realizada pela Assembleia Geral após a apresentação do recurso.

**§2º.** O Associado recorrente estará impedido de votar na Assembleia Geral que deliberar sobre seu recurso.

**§3º.** A penalidade de exclusão acarretará a inaptidão do Associado para o retorno ao quadro social pelo período de 3 (três) anos.

**Artigo 61º.** A penalidade de multa não excederá 100 (cem) vezes o valor da maior contribuição mensal aplicável ao Associado no momento da ocorrência da infração.

**Artigo 62º.** Se a infração cometida exigir ajuste ou regularização de conduta por parte do Associado, a Diretoria Executiva assinalará prazo para cumprimento da medida, sob pena de agravamento da sanção aplicada.

**Artigo 63º.** Nos casos de liquidação judicial ou extrajudicial do Associado, após o trânsito em julgado ou a conclusão da liquidação extrajudicial, respectivamente, caberá ao Conselho de Ética e Integridade instaurar processo para analisar o caso e, ao entender cabível, recomendar à Diretoria Executiva a aplicação de penalidade.

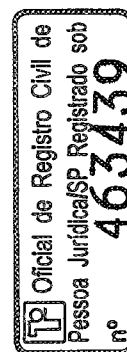
**Artigo 64º.** Na hipótese em que autoridade competente, judicial, controladora ou administrativa, vier a impor ao Associado, por meio de decisão final, penalidade que resulte no cancelamento, suspensão, cassação ou proibição total ou parcial do exercício de atividades consideradas necessárias ao ingresso no quadro associativo, caberá ao Conselho de Ética e Integridade instaurar processo para analisar o caso e, ao entender cabível, recomendar à Diretoria Executiva a aplicação de penalidade.

## CAPÍTULO VII – DO PATRIMÔNIO, RECEITA E DESTINAÇÃO

**Artigo 65º.** O patrimônio do Instituto será constituído de bens móveis e imóveis, títulos, valores, direitos e recursos financeiros adquiridos ou recebidos sob a forma de doação, legado, subvenção, auxílio ou de qualquer outra forma lícita, devendo ser administrado e utilizado exclusivamente para o restrito cumprimento de suas finalidades sociais.

**Artigo 66º.** Constituem receitas do Instituto:

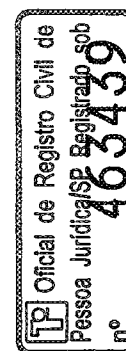
- a) taxa a ser paga como condição ao ingresso do Associado no Instituto, cujo valor deverá ser, no mínimo, equivalente a 1 (uma) vez o valor total de contribuições ordinárias aplicáveis, em período de 12 (doze) meses, à categoria do Associado à época de seu ingresso no Instituto ("Taxa de Ingresso");
- b) contribuições, ordinárias e extraordinárias, de seus Associados;
- c) doações, dotações, legados, subvenções, auxílios e contribuições de pessoas físicas ou jurídicas, sejam, ou não, seus Associados, de entidades





governamentais ou não governamentais, nacionais ou estrangeiras, observado o disposto na alínea (y) do Artigo 22º;

- d) receitas do Instituto que se originarem da exploração das atividades inerentes ao seu objeto, inclusive eventos, seminários, publicações (cujo resultado será integral e necessariamente revertido para a consecução de seu objetivo social);
- e) recursos captados por meio de contratos, patrocínios, convênios ou parcerias, públicos ou privados, para a execução de projetos ou ações institucionais;
- f) rendimentos resultantes da aplicação de multas aos Associados ou da gestão de seu patrimônio, inclusive decorrentes de aplicações financeiras ou de rendas auferidas de seus bens patrimoniais;
- g) proventos do Fundo Patrimonial transferidos para as contas do Instituto, nos termos deste Estatuto;
- h) usufrutos que forem constituídos em favor do Instituto;
- i) bens e valores que lhe sejam destinados, na forma da lei, pela extinção de instituições similares; e
- j) por outras rendas eventuais.



**§1º.** As contribuições periódicas devidas pelos Associados deverão ser fixadas pelo Conselho Deliberativo com base em percentual do faturamento bruto do respectivo Associado, observando (i) em qualquer caso, um valor mínimo de contribuição periódica, e (ii) que os critérios utilizados entre Associados de um mesmo segmento de atuação sejam idênticos.

**§2º.** Ao final de cada exercício social, o Conselho Deliberativo do Instituto deverá aprovar o Orçamento Anual do exercício social seguinte. Nessa ocasião, o Conselho Deliberativo deverá fixar o limite anual máximo das contribuições a serem realizadas, a qualquer título, por cada categoria de Associado de Setor, limite esse calculado a partir da fixação de percentual sobre o valor total das despesas previstas no Orçamento Anual aprovado.

**Artigo 67º.** A Diretoria Executiva poderá rejeitar as doações e legados que contenham encargos ou gravames de qualquer espécie, ou, ainda, que sejam contrários aos seus objetivos, à sua natureza ou à lei.

**Artigo 68º.** Em caso de dissolução do Instituto, o respectivo patrimônio será transferido a outra pessoa jurídica, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social e que será escolhida em Assembleia Geral.

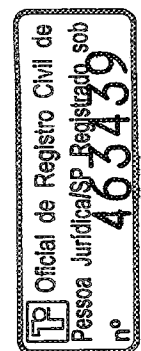
**Artigo 69º.** Na hipótese de o Instituto obter e, posteriormente, perder a qualificação instituída pela Lei 9.790/99, o acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será contabilmente apurado e transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da mesma Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social.

**Artigo 70º.** O Instituto adotará práticas de gestão administrativa necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios.

47

**Artigo 71º.** O Instituto não distribuirá entre os seus Associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participação ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, aplicando-os integralmente na consecução do seu objeto social.

**Artigo 72º.** É vedada a concessão de empréstimos a Associados, dirigentes, conselheiros, sendo vedada, inclusive, a antecipação de remuneração, se devida.



### CAPÍTULO VIII - DO FUNDO DE RESERVA

**Artigo 73º.** O Conselho Deliberativo poderá instituir um Fundo de Reserva, composto por ativos destinados a garantir a sustentabilidade do Instituto e a manutenção de seu patrimônio para permitir a consecução de seu objeto social.

**Artigo 74º.** O Fundo de Reserva será segregado dos demais recursos e reservas do Instituto e tem por objetivo a preservação de seu patrimônio, bem como assegurar a integridade do Instituto, e poderá ser utilizado sempre que não houver recursos suficientes para o pagamento das despesas necessárias à manutenção de suas atividades ou, excepcionalmente, quando recomendado pela Diretoria Executiva e aprovado pelo Conselho Deliberativo, destinar-se-á às demais atividades e projetos do Instituto.

**Parágrafo Único.** O Fundo de Reserva será formado conforme critério a ser definido periodicamente pelo Conselho Deliberativo, com base em estudo de risco a ser realizado pela Diretoria Executiva do Instituto, vinculado ao valor de (i) todas as doações, taxas e contribuições realizadas pelos Associados, de dotações do próprio Instituto, e (ii) doações de demais pessoas físicas ou jurídicas, quando tais doações não forem realizadas a projetos ou programas específicos.

### CAPÍTULO IX – DO EXERCÍCIO SOCIAL E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

**Artigo 75º.** O exercício social do Instituto começa em 1º de janeiro e termina a 31 de dezembro de cada ano civil, quando serão levantadas as demonstrações financeiras.

**Artigo 76º.** A prestação de constas do Instituto observará no mínimo:

- a) escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- b) a publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, do relatório de atividades e das demonstrações financeiras, incluindo as certidões negativas de débitos junto à Receita Federal do Brasil e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;
- c) a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes, se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de termos de parcerias, conforme previsto em regulamento; e
- d) o disposto no parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal, para prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pelo Instituto.

*[Handwritten signatures and stamps]*



**Artigo 77º.** A Diretoria Executiva, no prazo de até **30 (trinta) dias** anteriores à data marcada para a realização da Assembleia Geral que analisar as contas do Instituto, disponibilizará para consulta dos Associados na sede social:

- a) Relatório da administração;
- b) Cópia do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras; e
- c) Parecer do Conselho Fiscal e dos auditores independentes.

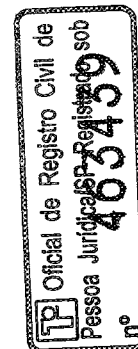
## **CAPÍTULO X – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 78º.** As pessoas físicas ou jurídicas que contribuem para o Instituto com doações ou qualquer outro tipo de contribuição pecuniária renunciarão expressamente, por si e seus herdeiros e sucessores, no ato de formalização da doação ou contribuição feita, a qualquer tipo de reembolso, mesmo em caso de extinção ou liquidação do Instituto.

**Artigo 79º.** As referências no presente Estatuto a atos de corrupção e a outros tipos penais abrangem os atos ilícitos conforme previamente disciplinados na legislação penal brasileira e na autorregulamentação do setor, sendo vedado ao Instituto impor aos Associados qualquer sanção ou penalidade sem que haja prévia definição em lei ou na autorregulamentação.

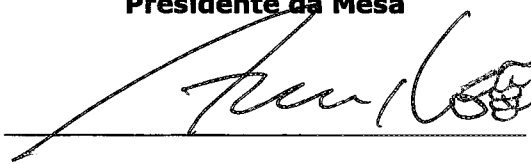
**Artigo 80º.** No exercício dos direitos, deveres e obrigações previstos neste Estatuto, na autorregulação e nas leis aplicáveis, o Instituto e seus Associados, membros do Conselho Deliberativo, Diretores Executivos, consultores, assessores, superintendentes, administradores e operacionais, funcionários, prestadores de serviço, colaboradores e terceiros por ela contratados se obrigam a:

- a) Não dar, não receber, não oferecer e não prometer, direta ou indiretamente, qualquer bem, valor ou vantagem de qualquer natureza a servidores e/ou funcionários e/ou empregados públicos, agentes públicos e políticos, autoridades ou a qualquer pessoa a eles relacionada, ou, ainda, a quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades públicas ou privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou tomada de decisão ou direcionar negócios ilicitamente;
- b) Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção e de integridade, com o objetivo de prevenir atos de corrupção e anticoncorrenciais, superfaturamento de obras públicas e/ou privadas, fraudes corporativas e licitatórias, lavagem de dinheiro, evasão de tributos, dentre outros ilícitos;
- c) Não fazer doações a partidos políticos, a candidatos ou a dirigentes, prepostos ou pessoas a ele ligados, em desacordo com a lei eleitoral; e
- d) Manter a confidencialidade sobre documentos, dados e informações próprias e de terceiros que venham possuir ou ter conhecimento em razão de sua participação como Associado, que possam ser ética, corporativa ou concorrencialmente sensíveis, e não utilizar o nome, os símbolos ou as dependências do Instituto para qualquer contato, reunião ou troca de informações que possam configurar práticas ilegais, anticompetitivas, conluio e/ou arranjos ilícitos.



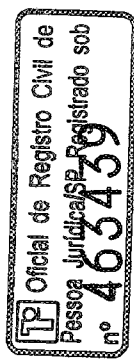
**Parágrafo Único.** A infração ao disposto neste artigo, dentre outras que vierem a ser apuradas, constitui falta grave e sujeitará o infrator à responsabilidade civil, criminal, administrativa, eleitoral e trabalhista, nos termos das leis aplicáveis a cada caso, e às consequências definidas na autorregulação.

**Presidente da Mesa**



Antônio José Mattos Morello

OAB/SP 98.594




**Visto Advogado:**



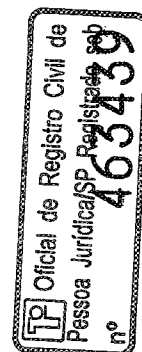
Antônio José Mattos Morello

OAB/SP 98.594




 2º Tabelião de Notas da Capital - SP - Anderson Henrique Teixeira Nogueira  
 Rua: Rego Freitas, 133 - República - São Paulo - SP - CEP 01220-010  
 Fone: (11) 3357-8844 - 2cartorio.com.br  
 Reconheço por semelhança 2 Firma(s) SEM VALOR ECONOMICO  
 ANTONIO JOSE MATTOS MORELLO  
 São Paulo, 21/11/2019. Em test. \_\_\_\_\_ da Verdade.  
 Fernando Ramos - PRESENTE  
 Valor: R\$ 12,50. Selos(s): 1051AA167810  
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE QUALQUER EMENDA OU RASURA ANULA

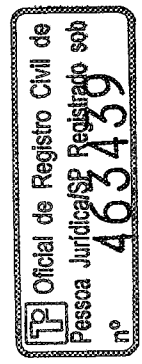




**ANEXO III**

**TERMOS DE POSSE DOS CONSELHEIROS**





**TERMO DE POSSE**

Por meio deste ato, é empossado o Sr. **JOSÉ GUILHERME CRUZ SOUZA**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do Documento de Identidade RG nº 835772 SSP/ES, inscrito no CPF sob o nº 003.669.617-05, com endereço comercial à Avenida Bartolomeu Mitre, nº 336, parte, Leblon, Rio de Janeiro – RJ, CEP 22431-002, para o cargo de Membro do Conselho Deliberativo do **INSTITUTO BRASILEIRO DE AUTORREGULAÇÃO NO SETOR DE INFRAESTRUTURA**, associação civil sem fins lucrativos e econômicos, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, nº 254, 13º andar, Centro, CEP 01014-907, cuja inscrição no CNPJ ainda está em fase de obtenção e com seus atos constitutivos em fase de arquivamento (“Instituto”), com prazo de mandato de 2 (dois) anos a partir da presente data, conforme Assembleia Geral de Constituição realizada em 3 de outubro de 2019, às 10:00.

O Sr. **JOSÉ GUILHERME CRUZ SOUZA**, membro do Conselho Deliberativo, que ora toma posse em seu cargo, irá dispor de poderes para gerir e administrar o Instituto, nos termos de seu Estatuto Social e declara, sob as penas da lei, que não está impedida de exercer a administração do Instituto: (i) por lei especial; (ii) em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela; (iii) em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou (iv) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra as normas de defesa da concorrência, contra o sistema financeiro nacional, contra as relações de consumo, a fé pública, ou a propriedade.

São Paulo, 03 de outubro de 2019.

\_\_\_\_\_  
**JOSÉ GUILHERME CRUZ SOUZA**

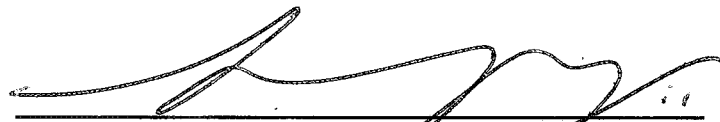


**TERMO DE POSSE**

Por meio deste ato, é empossado o Sr. **ALEXANDRE DE ALMEIDA BARRETO TOSTES**, brasileiro, casado, advogado, portador do Documento de Identidade RG nº 1785298 e inscrito no CPF sob o nº 805.452.381-53, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 14º andar, parte J, Butantã, São Paulo – SP, CEP 05501-050, para o cargo de membro do Conselho Deliberativo do **INSTITUTO BRASILEIRO DE AUTORREGULAÇÃO NO SETOR DE INFRAESTRUTURA**, associação civil sem fins lucrativos e econômicos, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, nº 254, 13º andar, Centro, CEP 01014-907, cuja inscrição no CNPJ ainda está em fase de obtenção e com seus atos constitutivos em fase de arquivamento ("Instituto"), com prazo de mandato de 2 (dois) anos a partir da presente data, conforme Assembleia Geral de Constituição realizada em 3 de outubro de 2019, às 10:00.

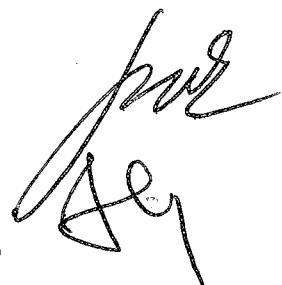
O Sr. **ALEXANDRE DE ALMEIDA BARRETO TOSTES**, membro do Conselho Deliberativo, que ora toma posse em seu cargo, irá dispor de poderes para gerir e administrar o Instituto, nos termos de seu Estatuto Social e declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração do Instituto: (i) por lei especial; (ii) em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela; (iii) em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou (iv) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra as normas de defesa da concorrência, contra o sistema financeiro nacional, contra as relações de consumo, a fé pública, ou a propriedade.

São Paulo, 03 de outubro de 2019.



---

**ALEXANDRE DE ALMEIDA BARRETO TOSTES**





## TERMO DE POSSE

Por meio deste ato, é empossado o Sr. **EUGÊNIO JOSÉ BOCCHESI MENDES**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, residente e domiciliado na Rua Itaipava, nº 101, apto. 303, Bairro Jardim Botânico, Rio de Janeiro – RJ, CEP 22461-030, para o cargo de membro do Conselho Deliberativo do **INSTITUTO BRASILEIRO DE AUTORREGULAÇÃO NO SETOR DE INFRAESTRUTURA**, associação civil sem fins lucrativos e econômicos, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, nº 254, 13º andar, Centro, CEP 01014-907, cuja inscrição no CNPJ ainda está em fase de obtenção e com seus atos constitutivos em fase de arquivamento (“Instituto”), com prazo de mandato de 2 (dois) anos a partir da presente data, conforme Assembleia Geral de Constituição realizada em 3 de outubro de 2019, às 10:00.

O Sr. **EUGÊNIO JOSÉ BOCCHESI MENDES**, membro do Conselho Deliberativo, que ora toma posse em seu cargo, irá dispor de poderes para gerir e administrar o Instituto, nos termos de seu Estatuto Social e declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração do Instituto: (i) por lei especial; (ii) em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela; (iii) em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou (iv) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra as normas de defesa da concorrência, contra o sistema financeiro nacional, contra as relações de consumo, a fé pública, ou a propriedade.

São Paulo, 03 de outubro de 2019.

1º OFÍCIO DE  
NOTAS - B.H.T.E.

**EUGÊNIO JOSÉ BOCCHESI MENDES**

PODER JUDICIÁRIO - TURMA DE CONCESSÃO GERAL DE JUSTIÇA

Cartório do 1º Ofício de Notas de Belo Horizonte - MG

Reconheço, por semelhança, a(s) assinatura(s) de:

[Rua] - **EUGÊNIO JOSÉ BOCCHESI MENDES**.....

em testemunho da verdade. Belo Horizonte, 17/10/2019

SELO DE CONSULTA: DCX28100

CÓDIGO DE SEGURANÇA: 6639017336377680

Ato(s) praticado(s) por BRENDA RODRIGUES DOS SANTOS -

ESCREVENTE

EMOL.: R\$6,00 - TFJ: 1,66 - VALOR FINAL: 0,00

Consulte a validade deste selo no site <https://selos.ajm.br>



Nº DA  
ETIQUETA  
AAA778692



1º RCPJ/SP  
PRENOTADO





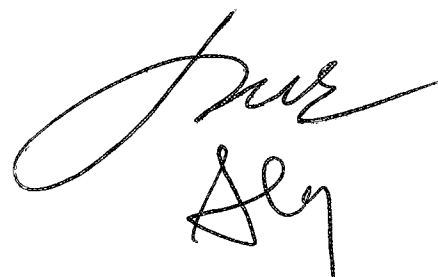
## TERMO DE POSSE

Por meio deste ato, é empossado o Sr. **CAIO LUIZ CARNEIRO MAGRI**, brasileiro, casado, sociólogo, portador do Documento de Identidade RG nº 6.856.682-7, inscrito no CPF sob o nº 996.334.858-00, com endereço residencial em Rua Lisboa, 225, apto. 43, Pinheiros, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05413-000, para o cargo de Membro do Conselho Deliberativo do **INSTITUTO BRASILEIRO DE AUTORREGULAÇÃO NO SETOR DE INFRAESTRUTURA**, associação civil sem fins lucrativos e econômicos, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, nº 254, 13º andar, Centro, CEP 01014-907, cuja inscrição no CNPJ ainda está em fase de obtenção e com seus atos constitutivos em fase de arquivamento ("Instituto"), com prazo de mandato de 2 (dois) anos a partir da presente data, conforme Assembleia Geral de Constituição realizada em 3 de outubro de 2019, às 10:00.

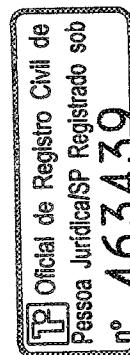
O Sr. **CAIO LUIZ CARNEIRO MAGRI**, Membro do Conselho Deliberativo, que ora toma posse em seu cargo, irá dispor de poderes para gerir e administrar o Instituto, nos termos de seu Estatuto Social e declara, sob as penas da lei, que não está impedida de exercer a administração do Instituto: (i) por lei especial; (ii) em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela; (iii) em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou (iv) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra as normas de defesa da concorrência, contra o sistema financeiro nacional, contra as relações de consumo, a fé pública, ou a propriedade.

São Paulo, 03 de outubro de 2019.

  
CAIO LUIZ CARNEIRO MAGRI







## TERMO DE POSSE

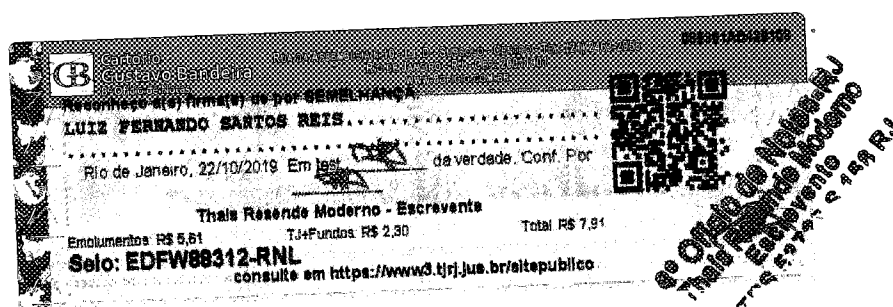
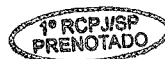
Por meio deste ato, é empossado o Sr. **LUIZ FERNANDO SANTOS REIS**, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CREA/RJ sob nº 11.221-D e no CPF sob o nº 004.419.887-68, com endereço residencial na Av. Prefeito Mendes de Moraes, nº 1.300, apto 1.302, São Conrado, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22610-095, para o cargo de membro do Conselho Deliberativo do **INSTITUTO BRASILEIRO DE AUTORREGULAÇÃO NO SETOR DE INFRAESTRUTURA**, associação civil sem fins lucrativos e econômicos, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, nº 254, 13º andar, Centro, CEP 01014-907, cuja inscrição no CNPJ ainda está em fase de obtenção e com seus atos constitutivos em fase de arquivamento ("Instituto"), com prazo de mandato de 2 (dois) anos a partir da presente data, conforme Assembleia Geral de Constituição realizada em 3 de outubro de 2019, às 10:00.

O Sr. **LUIZ FERNANDO SANTOS REIS**, membro do Conselho Deliberativo, que ora toma posse em seu cargo, irá dispor de poderes para gerir e administrar o Instituto, nos termos de seu Estatuto Social e declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração do Instituto: (i) por lei especial; (ii) em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela; (iii) em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou (iv) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra as normas de defesa da concorrência, contra o sistema financeiro nacional, contra as relações de consumo, a fé pública, ou a propriedade.

São Paulo, 03 de outubro de 2019.



**LUIZ FERNANDO SANTOS REIS**



**TERMO DE POSSE**

Por meio deste ato, é empossado o Sr. **EMIR CADAR FILHO**, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, portador do Documento de Identidade RG nº 5205820 SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 000.165.986-36, com endereço comercial em Av. Barão Homem de Melo, 3090, Estoril, Belo Horizonte/MG, CEP 30494-080, para o cargo de Membro do Conselho Deliberativo do **INSTITUTO BRASILEIRO DE AUTORREGULAÇÃO NO SETOR DE INFRAESTRUTURA**, associação civil sem fins lucrativos e econômicos, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, nº 254, 13º andar, Centro, CEP 01014-907, cuja inscrição no CNPJ ainda está em fase de obtenção e com seus atos constitutivos em fase de arquivamento ("Instituto"), com prazo de mandato de 2 (dois) anos a partir da presente data, conforme Assembleia Geral de Constituição realizada em 3 de outubro de 2019, às 10:00.

O Sr. **EMIR CADAR FILHO**, Membro do Conselho Deliberativo, que ora toma posse em seu cargo, irá dispor de poderes para gerir e administrar o Instituto, nos termos de seu Estatuto Social e declara, sob as penas da lei, que não está impedida de exercer a administração do Instituto: (i) por lei especial; (ii) em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela; (iii) em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou (iv) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra as normas de defesa da concorrência, contra o sistema financeiro nacional, contra as relações de consumo, a fé pública, ou a propriedade.

São Paulo, 03 de outubro de 2019.

*[Handwritten Signature]*  
**EMIR CADAR FILHO**


*[Handwritten Signature]*



**Serviço Notarial do 8º Ofício de Belo Horizonte**  
 Rua Curitiba, 1665 - Lourdes - BH - MG - Tel: 31 3279-6200  
 Reconheço por SEMELHANÇA a assinatura de:  
**EMIR CADAR FILHO**

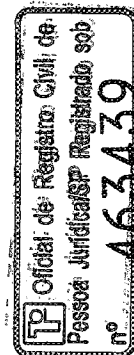
---

Belo Horizonte, 29/10/2019 10:42:10. Em testemunho da verdade,  
 Maxwell Junio Pereira Marcal, Escrevente, N° 1982447810  
**Selo Eletrônico N°: DDS49161**  
**Cód Segurança: 0948.7027.1938.7209**  
**Quantidade de Atos Praticados: 00001**  
 EMCL: 5,00 - TFPJ: 1,66 - RC: 0,30 - ISS: 0,26 - TOTAL: 7,20  
 Consulte a validade do selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>



Nº DA ETIQUETA: AAB99888





## TERMO DE POSSE

Por meio deste ato, é empossado o Sr. **EDUARDO DINIZ LONGO STAINO**, brasileiro, divorciado, engenheiro eletrônico, Carteira de Identidade nº 10.667.823 (MG), inscrito no CPF sob o nº 068.256.926-74, com endereço comercial à Av. das Nações Unidas, nº 12.495, 5º andar, Brooklin, São Paulo – SP, CEP 04578-000, para o cargo de membro do Conselho Deliberativo do **INSTITUTO BRASILEIRO DE AUTORREGULAÇÃO NO SETOR DE INFRAESTRUTURA**, associação civil sem fins lucrativos e econômicos, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, nº 254, 13º andar, Centro, CEP 01014-907, cuja inscrição no CNPJ ainda está em fase de obtenção e com seus atos constitutivos em fase de arquivamento (“Instituto”), com prazo de mandato de 2 (dois) anos a partir da presente data, conforme Assembleia Geral de Constituição realizada em 3 de outubro de 2019, às 10:00.

O Sr. **EDUARDO DINIZ LONGO STAINO**, membro do Conselho Deliberativo, que ora toma posse em seu cargo, irá dispor de poderes para gerir e administrar o Instituto, nos termos de seu Estatuto Social e declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração do Instituto: (i) por lei especial; (ii) em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela; (iii) em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou (iv) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra as normas de defesa da concorrência, contra o sistema financeiro nacional, contra as relações de consumo, a fé pública, ou a propriedade.

São Paulo, 03 de outubro de 2019.

  
\_\_\_\_\_  
**EDUARDO DINIZ LONGO STAINO**







### PROCURAÇÃO

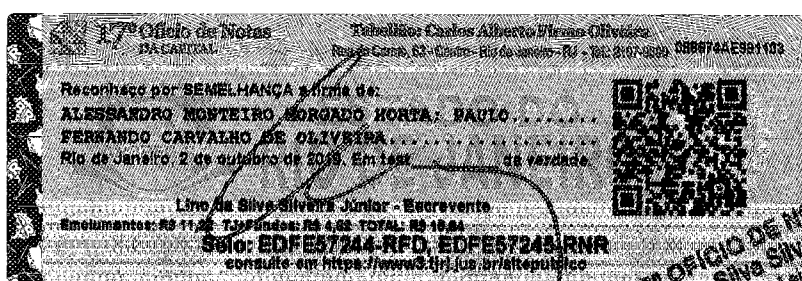
Pelo presente instrumento particular, **VINCI PARTNERS INVESTIMENTOS LTDA.**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.073.015/0001-04, com sede na Av. Bartolomeu Mitre, nº 336, Leblon, cidade e estado do Rio de Janeiro, CEP: 22.431-002 ("**Outorgante**") nomeia e constitui seu bastante procurador(a), Antônio José Mattos Morello, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com escritório na Rua Hungria, nº 1.100, CEP: 01.455-906, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo sob nº 98.594, e no CPF sob o nº 118.258.138-25 ("**Procurador**"), com poderes para, agindo individualmente, representar o Outorgante na assembleia geral de constituição da associação civil sem fins lucrativos e econômicos denominada **INSTITUTO BRASILEIRO DE AUTORREGULAÇÃO NO SETOR DE INFRAESTRUTURA** ("**Instituto**"), podendo, para tanto, (i) deliberar sobre a constituição do Instituto; (ii) deliberar e aprovar o Estatuto Social do Instituto; (iii) indicar e eleger os membros do Conselho Deliberativo do Instituto; (iv) assinar a respectiva Ata de Assembleia Geral de Constituição do Instituto; (v) praticar quaisquer atos e assinar quaisquer documentos necessários à formalização da participação do Outorgante como associado do Instituto; bem como tomar toda e qualquer medida necessária e/ou correlata ao bom e fiel desempenho deste mandato. Esta procuração terá um prazo de validade de 3 meses.

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 2019

*Alessandro Monteiro Morgado Horta*  
*Fernando Carvalho de Oliveira*

Alessandro Monteiro Morgado Horta  
Diretor

Fernando Carvalho de Oliveira  
Diretor



OFÍCIO DE NOTAS-R.  
 Lino da Silva Silveira Júnior  
 Art. 20 § 3º Lei 8.932/94  
 Escrivente - CAD/CEJ nº 94.04728



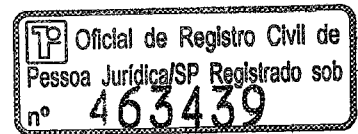
## PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular, **SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO PESADA – INFRAESTRUTURA - SINICON** – com sede nesta cidade, na Rua Debret, nº 23 – Gr. 1201/1207, inscrito no CNPJ sob o nº 33.645.540/0001-81, neste ato representado por seu Presidente, **CLAUDIO MEDEIROS NETTO RIBEIRO**, brasileiro, divorciado, Administrador de Empresas, portador da carteira de identidade nº 4.375.863-08, expedida pelo SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 678.452.075-00, nomeia e constitui seu bastante procurador(a) **TATIANE OLLÉ COLMAN WILDT**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB-RJ sob o nº 109.978, inscrita no CPF/MF sob o nº 930.664.490-68, com poderes para, agindo individualmente, representar o Outorgante na assembleia geral de constituição da associação civil sem fins lucrativos e econômicos denominada **INSTITUTO BRASILEIRO DE AUTORREGULAÇÃO NO SETOR DE INFRAESTRUTURA** (“Instituto”), podendo, para tanto, (i) deliberar sobre a constituição do Instituto; (ii) deliberar e aprovar o Estatuto Social do Instituto; (iii) indicar e eleger os membros do Conselho Deliberativo do Instituto; (iv) assinar a respectiva Ata de Assembleia Geral de Constituição do Instituto; (v) praticar quaisquer atos e assinar quaisquer documentos necessários à formalização da participação do Outorgante como associado do Instituto; bem como tomar toda e qualquer medida necessária e/ou correlata ao bom e fiel desempenho deste mandato. Esta procuração terá um prazo de validade de 6 (seis) meses.

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 2019.



**CLAUDIO MEDEIROS NETTO RIBEIRO**  
Presidente



## PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular, **ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DE ENGENHARIA DO RIO DE JANEIRO – AEERJ**, com sede na Av. Rio Branco, 124, 7º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 42.472.431/0001-09, neste ato representada por seu representante legal, **LUIZ FERNANDO SANTOS REIS (“Outorgante”)** nomeia e constitui sua bastante procuradora **TATIANE OLLÉ COLMAN WILDT**, advogada, casada, inscrita na OAB/RJ 109.978, (“Procurador”), com poderes para, agindo individualmente, representar o Outorgante na assembleia geral de constituição da associação civil sem fins lucrativos e econômicos denominada **INSTITUTO BRASILEIRO DE AUTORREGULAÇÃO NO SETOR DE INFRAESTRUTURA (“Instituto”)**, podendo, para tanto, (i) deliberar sobre a constituição do Instituto; (ii) deliberar e aprovar o Estatuto Social do Instituto; (iii) indicar e eleger os membros do Conselho Deliberativo do Instituto; (iv) assinar a respectiva Ata de Assembleia Geral de Constituição do Instituto; (v) praticar quaisquer atos e assinar quaisquer documentos necessários à formalização da participação do Outorgante como associado do Instituto; bem como tomar toda e qualquer medida necessária e/ou correlata ao bom e fiel desempenho deste mandato. Esta procuração terá um prazo de validade de 06 (seis) meses.

Rio de Janeiro, 01 de outubro de 2019.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Luiz Fernando Santos Reis', written over a horizontal line.

**ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DE ENGENHARIA DO RIO DE JANEIRO  
AEERJ**

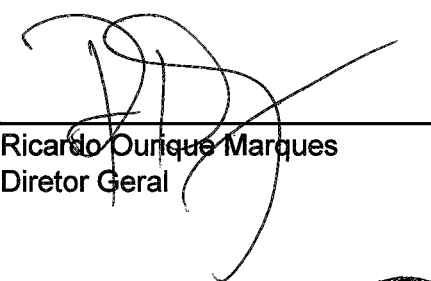
**Luiz Fernando Santos Reis**  
- Presidente Executivo

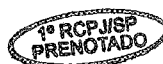
## PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular, **TECHINT ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO S/A**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 2º andar, Itaim Bibi, CEP: 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.575.775/0001-80, doravante denominada simplesmente "**Outorgante**", neste ato representada por seus Diretores Srs. **RICARDO OURIQUE MARQUES**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 53.137.922-X SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 788.622.057-91, e **FÁBIO SOUZA DE AQUINO**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 20.497.783 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 170.964.748-54, ambos residentes e domiciliados nesta capital, com endereço profissional no mesmo da Outorgante, na forma de seu Estatuto Social, nomeia e constitui seu bastante procurador(a) **BRUNA MARGENTI GALDÃO BRANDÃO**, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 25.062.353-5 SSP/SP, inscrita na OAB/SP sob nº 257.841 e no CPF/MF sob nº 306.281.458-61, com endereço comercial na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 2º andar, Itaim Bibi, CEP: 04538-132 ("**Procurador**"), com poderes para, agindo individualmente, representar o Outorgante na assembleia geral de constituição da associação civil sem fins lucrativos e econômicos denominada **INSTITUTO BRASILEIRO DE AUTORREGULAÇÃO NO SETOR DE INFRAESTRUTURA** ("**Instituto**"), podendo, para tanto, (i) deliberar sobre a constituição do Instituto; (ii) deliberar e aprovar o Estatuto Social do Instituto; (iii) indicar e eleger os membros do Conselho Deliberativo do Instituto; (iv) assinar a respectiva Ata de Assembleia Geral de Constituição do Instituto; (v) praticar quaisquer atos e assinar quaisquer documentos necessários à formalização da participação do Outorgante como associado do Instituto; bem como tomar toda e qualquer medida necessária e/ou correlata ao bom e fiel desempenho deste mandato. **A presente procuração não poderá ser substabelecida, ficando automaticamente revogados os poderes do procurador que deixar de ser empregado da Outorgante, e terá validade por 01 (hum) ano a contar desta data. São Paulo, 30 de setembro de 2019.**

**P. TECHINT ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO S/A**

  
Fábio Souza de Aquino  
Diretor Administrativo-Financeiro

  
Ricardo Ourique Marques  
Diretor Geral





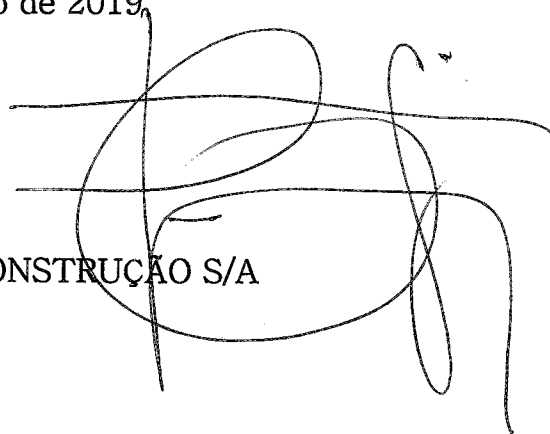
## PROCURAÇÃO

Pelo presente Instrumento Particular, Odebrecht Engenharia e Construção S/A, inscrito no CNPJ sob nº 19.821.234/0001-28, nomeia e constitui seu bastante procurador o Sr. Alexandre de Almeida Barreto Tostes, brasileiro, casado, portador do Documento de Identidade RG nº 1785298, OAB 16808, inscrito no CPF nº 805.452.381-53, Advogado, com poderes para, agindo individualmente, representar o Outorgante na Assembleia Geral de Constituição da Associação Civil sem fins lucrativos e econômicos denominada **INSTITUTO BRASILEIRO DE AUTORREGULAÇÃO NO SETOR DE INFRAESTRUTURA** ("Instituto"), podendo, para tanto, (i) deliberar sobre a constituição do Instituto; (ii) deliberar e aprovar o Estatuto Social do Instituto; (iii) indicar e eleger os membros do Conselho Deliberativo do Instituto; (iv) assinar a respectiva Ata de Assembleia Geral de Constituição do Instituto; (v) praticar quaisquer atos e assinar quaisquer documentos necessários à formalização da participação do Outorgante como associado do Instituto; bem como tomar toda e qualquer medida necessária e/ou correlata ao bom e fiel desempenho deste mandato. Esta procuração terá um prazo de validade de 06 meses.

São Paulo, 30 de setembro de 2019,




ODEBRECHT ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO S/A



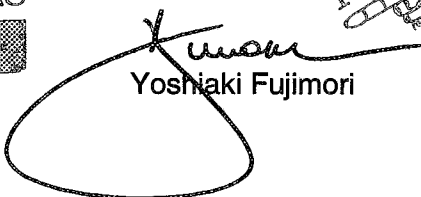
## PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular, **NOVA ENGEVIX PARTICIPAÇÕES S.A.**, com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, 3571, Centro Empresarial Tamboré, CEP 06455-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.357.415/0001-42. Devidamente registrada na JUCESP sob o NIRE 35.300.455.002, em sessão de 29 de julho de 2013, neste ato, representada por seus diretores, **José Antunes Sobrinho**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.275.592-4 – SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 157.512.289-87; e **Yoshiaki Fujimori**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG nº 5.558.728-8, inscrito no CPF/MF sob o nº 002.711.308-65 (“**Outorgante**”) nomeia e constitui seus bastante procuradores **Adjair da Cunha dos Santos**, brasileiro, casado, advogado, portador do RG nº 41.900.432-4, inscrito no CPF/MF sob o nº 326.113.168-30, e **Camila Franciele Righetti**, brasileira, casada, advogada, portadora do RG nº 44.861.761-4, inscrita no CPF/MF sob o nº 383.140.008-33, ambos com endereço profissional na Alameda Araguaia, 3571, Centro Empresarial Tamboré, Barueri/SP, CEP 06455-000 (“**Procurador**”), com poderes para, em conjunto ou separadamente e independentemente da ordem de nomeação, representar o Outorgante na assembleia geral de constituição da associação civil sem fins lucrativos e econômicos denominada **INSTITUTO BRASILEIRO DE AUTORREGULAÇÃO NO SETOR DE INFRAESTRUTURA** (“**Instituto**”), podendo, para tanto, (i) deliberar sobre a constituição do Instituto; (ii) deliberar e aprovar o Estatuto Social do Instituto; (iii) indicar e eleger os membros do Conselho Deliberativo do Instituto; (iv) assinar a respectiva Ata de Assembleia Geral de Constituição do Instituto; (v) praticar quaisquer atos e assinar quaisquer documentos necessários à formalização da participação do Outorgante como associado do Instituto; bem como tomar toda e qualquer medida necessária e/ou correlata ao bom e fiel desempenho deste mandato. Esta procuração terá um prazo de validade de 12 (doze) meses.

Barueri, 01 de outubro de 2019.  
Nova Engevix Participações S.A.

  
José Antunes Sobrinho



  
Yoshiaki Fujimori

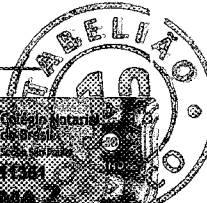


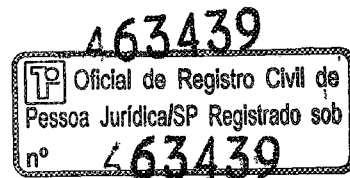
57

Oficial de Registro Civil de  
Pessoa Juridica SP Registrado sob  
nº 463439

10. TABELIAD DE NOTAS DE OSASCO - SP. TELEFONE: 3681-1282  
Reconheco Por Semelhanca 2 Firma(s) SEM VALOR economico de:  
JOSE ANTUNES SOBRINHO E YOSHIKI FUJINORI  
OSASCO, 01 De outubro De 2019. Em test da Verdade.

SIDNEY ANTONIO SIQUEIRA PONTES - ESCRIVENTE AUTORIZADO  
Valor: R\$ 12,34. - Carimbo: 2352613 - IMP GABY  
SAL(s): 131135-0671AA





58

## PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular **MENDES JÚNIOR TRADING E ENGENHARIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, com sede na Rua Pedroso Alvarenga, nº. 1046, 11º andar, conjuntos 113 a 116, Bairro Itaim, São Paulo - SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 19.394.808/0001-29, neste ato representada por seu Diretor **EUGÊNIO JOSÉ BOCCHESI MENDES**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, residente e domiciliado no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, na Rua Itaipava, nº 101, apto. 303, Bairro Jardim Botânico, carteira de identidade nº M-1.313.897, inscrito no CPF/MF sob o nº 596.287.586-91 (“Outorgante”) nomeia e constitui seu bastante procurador(a) Marina de Castro Leite Barros, brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade nº 14.332.151 SSP/MG, inscrita no CPF sob o nº 094.270.446-08, residente e domiciliada à Rua Tereza Mota Valadares, 273, apto. 1004, bairro Burity, Belo Horizonte/MG (“Procurador”), com poderes para, agindo individualmente, representar o Outorgante na assembleia geral de constituição da associação civil sem fins lucrativos e econômicos denominada **INSTITUTO BRASILEIRO DE AUTORREGULAÇÃO NO SETOR DE INFRAESTRUTURA** (“Instituto”), podendo, para tanto, (i) deliberar sobre a constituição do Instituto; (ii) deliberar e aprovar o Estatuto Social do Instituto; (iii) indicar e eleger os membros do Conselho Deliberativo do Instituto; (iv) assinar a respectiva Ata de Assembleia Geral de Constituição do Instituto; (v) praticar quaisquer atos e assinar quaisquer documentos necessários à formalização da participação do Outorgante como associado do Instituto; bem como tomar toda e qualquer medida necessária e/ou correlata ao bom e fiel desempenho deste mandato. Esta procuração terá um prazo de validade de 30 dias.

Belo Horizonte, 30 de setembro de 2019.

**MENDES JÚNIOR TRADING E ENGENHARIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**



Cartório do 1º Ofício de Notas de Belo Horizonte - MG

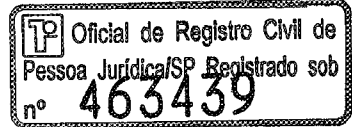
Reconheço, por semelhança, a(s) assinatura(s) de:  
[Assinatura] - EUGÊNIO JOSÉ BOCCHESI MENDES.....

em testemunho da verdade, Belo Horizonte, 01/10/2019  
SELO DE CONSULTA: DCJ36/05  
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 3163594233203262  
Atos praticado(s) por CAROLINA MACHADO DE RESENDE -  
ESCREVENTE  
EMOL. R\$ 6,00 - TFC 1,00 - VALOR FINAL: 8,00  
Consulte a validade deste selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>



Nº DA  
ETIQUETA  
AAA766344





PROCURAÇÃO

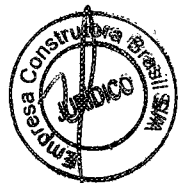
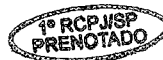
Pelo presente instrumento particular, EMPRESA CONSTRUTORA BRASIL SA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.164.435/0001-74, com sede na rua Santa Catarina, nº 894, bairro de Lourdes, Belo Horizonte/MG, ("Outorgante"), nomeia e constitui seu bastante procurador(a) DAYANE OLIVEIRA DE SOUZA, brasileira, divorciada, advogada, inscrita no CPF sob o nº 067.690486-63, RG nº 12276197, com endereço comercial à rua Santa Catarina, nº 894, bairro de Lourdes, Belo Horizonte/MG ("Procurador"), com poderes para, agindo individualmente, representar o Outorgante na assembleia geral de constituição da associação civil sem fins lucrativos e econômicos denominada INSTITUTO BRASILEIRO DE AUTORREGULAÇÃO NO SETOR DE INFRAESTRUTURA ("Instituto"), podendo, para tanto, (i) deliberar sobre a constituição do Instituto; (ii) deliberar e aprovar o Estatuto Social do Instituto; (iii) indicar e eleger os membros do Conselho Deliberativo do Instituto; (iv) assinar a respectiva Ata de Assembleia Geral de Constituição do Instituto; (v) praticar quaisquer atos e assinar quaisquer documentos necessários à formalização da participação do Outorgante como associado do Instituto; bem como tomar toda e qualquer medida necessária e/ou correlata ao bom e fiel desempenho deste mandato. Esta procuração terá um prazo de validade de 6 meses.

Belo Horizonte, 01 de outubro de 2019.

EMPRESA CONSTRUTORA BRASIL S/A
Rafael Vasconcelos M. Rocha Diretor Presidente
Rui Pedro P. de A. D. Simões Diretor de Operações

EMPRESA CONSTRUTORA BRASIL SA

9 9º TABELIONATO DE NOTAS DE BELO HORIZONTE / MG
Reconheço a semelhança das(2) firmas de: RAFAEL VASCONCELOS MOREIRA DA ROCHA e RUI PEDRO PINHEIRO DE ALMEIDA DIAS SIMOES
Emol: R\$ 10,00 Recomp: R\$ 0,60 T.F.J.R: 3,30 Total: R\$ 13,90
Dou fe. Em testemunho da verdade. Com. 1501-8 (2)
Belo Horizonte-MG 01/10/2019 17:38
Augusto Candido Moreira - Escrevente





**PROCURAÇÃO**

Pelo presente instrumento de mandato, **ANDRADE GUTIERREZ ENGENHARIA S.A.**, estabelecida na cidade de Belo Horizonte - MG, na Av. do Contorno, 8.123, Cidade Jardim, com Estatuto Social registrado na JUCEMG sob o NIRE 31300091830, CNPJ/MF nº 17.262.213/0001-94, neste ato representada por seus Diretores de Engenharia, Charles Messias Buldrini Filogônio, brasileiro, casado, engenheiro, CPF nº 471.047.166-53, C.I. nº M-1600.407/SSPMG, com endereço comercial na Av. das Nações Unidas nº 12495, Bairro Brooklin Paulista, em São Paulo-SP, e Fernando Leyser Gonçalves, brasileiro, casado, engenheiro civil, CPF nº 154.077.158-05, CREA/SP nº 5060601849, com endereço comercial na Av. das Nações Unidas nº 12495, Bairro Brooklin Paulista, em São Paulo-SP, nomeia e constitui seu bastante procurador, **EDUARDO DINIZ LONGO STAINO**, divorciado, engenheiro eletrônico, CPF nº 068.256.926-74, C.I.: MG 10.667.823/SSPMG, residente e domiciliado em Nova Lima-MG, com poderes para, **representar a outorgante na assembleia geral de constituição da associação civil sem fins lucrativos e econômicos denominada INSTITUTO BRASILEIRO DE AUTORREGULAÇÃO NO SETOR DE INFRAESTRUTURA ("Instituto")**, podendo, para tanto, (i) deliberar sobre a constituição do Instituto; (ii) deliberar e aprovar o Estatuto Social do Instituto; (iii) indicar e eleger os membros do Conselho Deliberativo do Instituto; (iv) assinar a respectiva Ata da Assembleia Geral de Constituição do Instituto; (v) praticar quaisquer atos e assinar quaisquer documentos necessários à formalização da participação da outorgante como associada do Instituto, bem como como tomar toda e qualquer medida necessária e/ou correlata ao bom e fiel desempenho deste mandato. **O outorgado declara conhecer e cumprir integralmente o Código de Ética e Conduta ([http://www.andradegutierrez.com.br/CodigodeEtica/codigo\\_de\\_etica\\_ag\\_DIGITAL.pdf](http://www.andradegutierrez.com.br/CodigodeEtica/codigo_de_etica_ag_DIGITAL.pdf)) da Andrade Gutierrez Engenharia S/A, inclusive no que diz respeito à vedação de práticas de corrupção e ao respeito às normas concorrenciais. O presente instrumento prevalecerá até 30 de Setembro de 2020, vedado o substabelecimento.**

Belo Horizonte, 30 de Setembro de 2019.

**ANDRADE GUTIERREZ ENGENHARIA S.A.**

*[Handwritten Signature]*  
 Charles Messias Buldrini Filogônio  
 Diretor de Engenharia

*[Handwritten Signature]*  
 Fernando Leyser Gonçalves  
 Diretor de Engenharia

**TABELÃO DE NOTAS**  
 Reconheço por semelhança a(s) TABELÃO DE NOTAS  
 CHARLES MESSIAS BULDRINI FILOGONIO  
 FERNANDO LEYSER GONCALVES XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
 São Paulo, 01/10/2019  
 Em testemunho da Verdade  
 5119116910 THIAGO ARMANDO CANOVAS CORTEZ-6935/94  
 VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE, QUALQUER EMENDA OU RASURA, ANULA ESTE DOCUMENTO





FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA

NESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS "EMPRESA", "CAPITAL", "ENDEREÇO", "OBJETO SOCIAL" E "TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA" REFEREM-SE À SITUAÇÃO ATUAL DA EMPRESA, NA DATA DE EMISSÃO DESTA DOCUMENTO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS CINCO ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTA DOCUMENTO.

PARA OBTER O HISTÓRICO COMPLETO DA EMPRESA, CONSULTE A FICHA CADASTRAL COMPLETA.

EMPRESA		
DENOMINAÇÃO ATUAL: SOLVI PARTICIPACOES S/A		
DENOMINAÇÕES ANTERIORES: SUEZ AMBIENTAL PARTICIPACOES S.A. DRMA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A.		
TIPO: SOCIEDADE POR AÇÕES		
NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMIÇÃO
35300158903	25/11/1998	30/01/2020 12:10:34
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
16/11/1998	02.886.838/0001-50	

CAPITAL
R\$ 440.449.780,00 (QUATROCENTOS E QUARENTA MILHÕES, QUATROCENTOS E QUARENTA E NOVE MIL, SETECENTOS E OITENTA REAIS)

ENDEREÇO		
LOGRADOURO: AVENIDA GONCALO MADEIRA	NÚMERO: 400 F	
BAIRRO: JAGUARE	COMPLEMENTO: 1 ANDAR	
MUNICÍPIO: SAO PAULO	CEP: 05348-000	UF: SP

OBJETO SOCIAL
HOLDINGS DE INSTITUIÇÕES NÃO-FINANCEIRAS

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA
ALBERICO MACHADO MASCARENAS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 101.846.785-87, RG/RNE: 0103606890, RESIDENTE À RUA WALDEMAR FALCAO, 1804, APTO 801, CANDEAL, SALVADOR - BA, CEP 40296-710, NA SITUAÇÃO DE CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 31/12/2020.
CARLOS LEAL VILLA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 112.163.365-04, RG/RNE: 108536858, RESIDENTE À ALAMEDA LORENA, 800 F, JARDINS, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 31/12/2020.

CELIA MARIA BUCCHIANERI FRANCINI VASCONCELOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 078.003.088-55, RG/RNE: 107865373, RESIDENTE À RUA BELA CINTRA, 967, 10 AND CJ 101, CONSOLACAO, SAO PAULO - SP, CEP 01415-000, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR, (DIRETORA FINANCEIRA E RISCOS)

62  
CELSO PEDROSO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 052.993.138-96, RG/RNE: 84125147, RESIDENTE À AV. GONCALO MADEIRA, 400, 1 ANDAR, JAGUARE, SAO PAULO - SP, CEP 05348-000, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR PRESIDENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA.

LUCAS QUINTAS RADEL, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 367.635.515-68, RG/RNE: 171269675, RESIDENTE À RUA BELA CINTRA, 967, 10 AN CJ101, CONSOLACAO, SAO PAULO - SP, CEP 01415-000, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR, (DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E GESTAO DE PESSOAS)

OLGA STANKEVICIUS COLPO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 216.118.408-30, RG/RNE: 54724417, RESIDENTE À AVENIDA JOSE GALANTE, 224, 13 ANDAR, VILA SUZANA, SAO PAULO - SP, CEP 05642-000, NA SITUAÇÃO DE CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 31/12/2020.

PATRICIA BICUDO BARBOSA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 279.943.878-45, RG/RNE: 177110788, RESIDENTE À AVENIDA GONCALO MADEIRA, 400, JAGUARE, SAO PAULO - SP, CEP 05348-000, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR, (DIRETORA JURIDICA E COMPLIANCE)

### 5 ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS

NUM.DOC: 632.494/19-0 SESSÃO: 10/12/2019

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 26/11/2019. DELIBERACOES TOMADAS POR UNANIMIDADE DE VOTOS: OS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO DELIBERARAM, SEM QUAISQUER RESSALVAS OU RESTRICOES, APROVAR A INTERVENCAO DA COMPANHIA COMO GARANTIDORA DA OPERACAO FINANCEIRA CONTRATADA PELA ESSENCIS SOLUCOES AMBIENTAIS S.A. JUNTO AO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL BNDES, NO VALOR DE R\$ 85.683.000,00 (OITENTA E CINCO MILHOES E SEISCENTOS E OITENTA E TRES MIL REAIS), QUE SERAO DESTINADOS PARA A (I) IMPLANTACAO DE INFRAESTRUTURA, MELHORIAS E EXECUCAO DE NOVAS FASES DO ATERRO SANITARIO NA UNIDADE DE VALORIZACAO SUSTENTAVEL DE CAIEIRAS/SP; E (II) EXECUCAO DE NOVAS FASES DO ATERRO SANITARIO NA UNIDADE DE VALORIZACAO SUSTENTAVEL DE CURITIBA/PR, COM PRAZO TOTAL DE 84 (OITENTA E QUATRO) MESES PARA A AMORTIZACAO, NOS TERMOS E CONDICOES CONSTANTES NA DECISAO DA DIRETORIA DO BNDES N 702/2019, DE 31/10/2019, DA QUAL OS CONSELHEIROS DECLARAM TER PLENO CONHECIMENTO, FICANDO A DIRETORIA DA COMPANHIA AUTORIZADA A TOMAR AS PROVIDENCIAS NECESSARIAS AO INTEGRAL CUMPRIMENTO DA PRESENTE DELIBERACAO.

NUM.DOC: 635.164/19-0 SESSÃO: 13/12/2019

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 440.449.780,00 (QUATROCENTOS E QUARENTA MILHÕES, QUATROCENTOS E QUARENTA E NOVE MIL, SETECENTOS E OITENTA REAIS). CONFORME A.G.E., DATADA DE: 14/11/2019.

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 14/11/2019. ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

ALTERAÇÃO DE OUTRAS CLAÚSULAS CONTRATUAIS/ESTATUTÁRIAS: ATO SEGUINTE, OS ACIONISTAS RESOLVEM NOMEAR O SR. ANDREA SANDRO CALABI, BRASILEIRO, DIVORCIADO, ECONOMISTA, PORTADOR DA CEDULA DE IDENTIDADE RG N 2.763.894-7 SSP/SP E INSCRITO NO CPF/MF SOB O N 002.107.148-91, RESIDENTE NESTA CAPITAL DO ESTADO DE SAO PAULO, COM ESCRITORIO COMERCIAL NESTA MESMA CIDADE, NA RUA VIRADOURO, N 63, CONJUNTO 131, ITAIM BIBI, CEP: 04538-110, A SER CONTRATADO PELA COMPANHIA PARA ATUAR COMO CONSULTOR S NIOR DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO, PODENDO PARTICIPAR DE TODAS AS REUNIOES DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO, BEM COMO DE QUAISQUER REUNIOES DOS COMIT S DE APOIO DO CONSELHO CONFORME O CASO, PODENDO, PARA TANTO, RECEBER AS CONVOCACOES E DOCUMENTOS PERTINENTES, E MANIFESTAR SUA OPINIAO, SEM, CONTUDO, TER VOTO NAS DELIBERACOES. AINDA POR FORCA DO INGRESSO DO NOVO ACIONISTA, FOI APROVADA A ALTERACAO DOS PARAGRAFOS 4 E 5 DO ARTIGO 5 DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA, PARA ELUCIDAR QUE O DIVIDENDO PREFERENCIAL TORNA-SE DEVIDO NO MOMENTO EM QUE OCORRER O RECEBIMENTO, PELA COMPANHIA, DA QUARTA PARCELA DO PRECO E/OU DO EARN-OUT QUE LHE DAO CAUSA, ASSIM COMO PARA PREVER QUE O DIVIDENDO EM QUESTAO PODE SER PAGO CONTA DE RESERVA DE CAPITAIS, E, POR FIM, PARA EXCLUIR A PREVISAO DE ACRESCIMO DE 1,5% (UM INTEIRO E CINQUENTA CENTESIMOS POR CENTO) EM CASO DE ATRASO NO PAGAMENTO DO DIVIDENDO, MANTIDA A CORRECAO PELO CDI. A ACIONISTA TITULAR DA ACAO PREFERENCIAL VOTOU FAVORAVELMENTE ALTERACAO ACIMA DELIBERADA, DEVENDO O PRESENTE CONCLAVE SER CONSIDERADO PARA FINS DO DISPOSTO NO PARAGRAFO PRIMEIRO DO ARTIGO 136 DA LEI DAS S.A., QUE SE REPUTA CUMPRIDO.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE CARLOS LEAL VILLA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 112.163.365-04, RG/RNE: 108536858, RESIDENTE À ALAMEDA LORENA, 800 F, JARDINS, SAO PAULO - SP, COMO PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE ALBERICO MACHADO MASCARENAS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 101.846.785-87, RG/RNE: 0103606890, RESIDENTE À RUA WALDEMAR FALCAO, 1804, APT0



801, CANDEAL, SALVADOR - BA, CEP 40296-710, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

63

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE OLGA STANKEVICIUS COLPO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 216.118.408-30, RG/RNE: 54724417, RESIDENTE À AVENIDA JOSE GALANTE, 224, 13 ANDAR, VILA SUZANA, SAO PAULO - SP, CEP 05642-000, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

REMANESCENTE CELIA MARIA BUCCHIANERI FRANCINI VASCONCELOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 078.003.088-55, RG/RNE: 107865373, RESIDENTE À RUA BELA CINTRA, 967, 10 AND CJ 101, CONSOLACAO, SAO PAULO - SP, CEP 01415-000, COMO DIRETOR.(DIRETORA FINANCEIRA E RISCOS)

REMANESCENTE LUCAS QUINTAS RADEL, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 367.635.515-68, RG/RNE: 171269675, RESIDENTE À RUA BELA CINTRA, 967, 10 AN CJ101, CONSOLACAO, SAO PAULO - SP, CEP 01415-000, COMO DIRETOR.(DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E GESTAO DE PESSOAS)

REMANESCENTE CELSO PEDROSO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 052.993.138-96, RG/RNE: 84125147, RESIDENTE À AV. GONCALO MADEIRA, 400, 1 ANDAR, JAGUARE, SAO PAULO - SP, CEP 05348-000, COMO DIRETOR PRESIDENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA.

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE ANDREA SANDRO CALABI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 002.107.148-91, RG/RNE: 27638947, RESIDENTE À RUA VIRADOURO, 63, CJ 131, ITAIM BIBI, SAO PAULO - SP, CEP 04538-110, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

REMANESCENTE PATRICIA BICUDO BARBOSA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 279.943.878-45, RG/RNE: 17.711.078-8, RESIDENTE À AVENIDA GONCALO MADEIRA, 400, JAGUARE, SAO PAULO - SP, CEP 05348-000, COMO DIRETOR.(DIRETORA JURIDICA E COMPLIANCE)

**NUM.DOC: 643.069/19-7 SESSÃO: 17/12/2019**

D.O.E. (DIARIO OFICIAL DO ESTADO), DE 28/11/2019. PUBLICOU ATA EM : 10/09/2019. OBS: ARQUIVAMENTO DO JORNAL DIARIO OFICIAL DO ESTADO DE SAO PAULO PUBLICADO EM 28/11/2019 DA AGD 10/09/2019.

**NUM.DOC: 643.070/19-9 SESSÃO: 17/12/2019**

ARQUIVAMENTO DE JORNAL, DE 28/11/2019. PUBLICOU ATA EM : 10/09/2019. OBS: ARQUIVAMENTO DO JORNAL O DIA SP PUBLICADO EM 28/11/2019 DA AGD 10/09/2019.

**NUM.DOC: 001.713/20-6 SESSÃO: 06/01/2020**

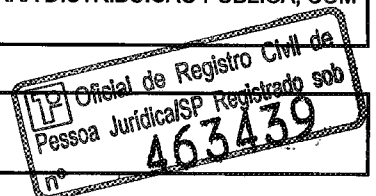
ARQUIVAMENTO DE A.G.O., DATADA DE: 15/10/2019. DELIBERACOES: OS ACIONISTAS PRESENTES, POR UNANIMIDADE DE VOTOS E SEM QUAISQUER RESSALVAS OU RESTRICOES, DELIBERARAM O QUANTO SEGUE: (A) APROVAR, NA INTEGRA, O RELATORIO DA DIRETORIA, QUE JA HAVIA SIDO ANTERIORMENTE DISTRIBUIDO AOS ACIONISTAS, CONTENDO AS DEMONSTRACOES CONTABEIS REFERENTES AO EXERCICIO SOCIAL ENCERRADO EM 31.12.2017, COMPREENDENDO: BALANCO PATRIMONIAL, DEMONSTRACAO DO RESULTADO, DEMONSTRACAO DAS MUTACOES DO PATRIMONIO LIQUIDO E DEMONSTRACAO DO FLUXO DE CAIXA, PUBLICADOS NO DIARIO OFICIAL EMPRESARIAL DO ESTADO DE SAO PAULO (PAGINAS 118-119) E NO DIARIO COMERCIO INDUSTRIA & SERVICOS (PAGINA 25), AMBOS NAS EDICOES DE 25 DE ABRIL DE 2018 (ANEXO I). (B) OS ACIONISTAS, NA FORMA DO ARTIGO 133, 4 DA LEI DAS S.A., CONSIDERARAM SANADA A FALTA DE PUBLICACAO DE AVISOS E A INOBSERVANCIA DO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS PARA A PUBLICACAO DOS DOCUMENTOS MENCIONADOS NO ITEM ACIMA; (C) APROVAR AS CONTAS DO EXERCICIO SOCIAL FINDO EM 31.12.2017, QUE DEMONSTRAM QUE NAO FORAM APURADOS LUCROS LIQUIDOS, NAO HAVENDO ASSIM A DISTRIBUICAO DE DIVIDENDOS AOS ACIONISTAS. (D) NAO APROVAR A INSTALACAO DO CONSELHO FISCAL, CONFORME FACULTADO PELA LEI DAS S.A.

**NUM.DOC: 002.381/4-000 SESSÃO: 11/01/2018**

ESCRITURA DE DEBENTURE EMITIDA EM 28/12/2017, COM VENCIMENTO EM 30/09/2021, NOMINATIVA, NÃO CONVERSIVEL, SEM PREFERENCIA, AGENTE FIDUCIARIO PENTAGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIO, COM MONTANTE DE \$ 670.704.000,00 (SEISCENTOS E SETENTA MILHÕES, SETECENTOS E QUATRO MIL REAIS), COM VALOR UNITARIO DE \$ 1.000,00 (UM MIL REAIS), TOTAL DE TÍTULOS IGUAL A: 670704.

ADITAMENTO REGISTRADO SOB N: 2381-4/001 DATADO DE: 18/04/2018, PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSAO DE DEBENTURES SIMPLES, NAO CONVERSIVEIS EM ACOES DA ESPECIE QUIROGRAFARIA, COM GARANTIAS ADICIONAL REAL E FIDEJUSSORIA, EM SERIE UNICA, PARA DISTRIBUICAO PUBLICA, COM ESFORCOS RESTRITOS DE DISTRIBUICAO, DA SOLVI PARTICIPACOES S.A.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35300158903  
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 29/01/2020



Ficha Cadastral Simplificada emitida para DANIEL FONSECA DOS SANTOS : 22298394890. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br) sob o número de

6A

TP Oficial de Registro Civil de  
Pessoa Jurídica/SP Registrado sob  
nº 463439

# Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM



GOVERNO DO ESTADO  
RIO DE JANEIRO

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

65

## CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Certidão Simplificada para Sociedade por Ações e Cooperativa, inclusive filiais

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

<b>Nome da empresa:</b> CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S/A			
<b>Tipo Jurídico:</b> Sociedade anônima		<b>Natureza Jurídica:</b> Sociedade Anônima Fechada	
<b>Número de Identificação do Registro de Empresas (NIRE)</b> 333.0006631-4	<b>CNPJ</b> 33.146.648/0001-20	<b>Data de Arquivamento do Ato Constitutivo</b> 25/07/1972	<b>Data de inícios das atividades</b> 25/07/1972
<b>Endereço:</b> R Joaquim Palhares, 40, TORRE SUL, 4 E 5 ANDAR, Estácio, Rio de Janeiro, RJ, 20.260-080			
<b>Capital Social:</b> R\$ 233.722.357,44 (DUZENTOS E TRINTA E TRÊS MILHÕES E SETECENTOS E VINTE E DOIS MIL E TREZENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS)			
<b>Capital Integralizado:</b> R\$ 233.722.357,44 (DUZENTOS E TRINTA E TRÊS MILHÕES E SETECENTOS E VINTE E DOIS MIL E TREZENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS)			<b>Prazo de Duração</b> Indeterminado
<b>Último Arquivamento:</b> Ata de Reunião do Conselho de Administração/Sem Eventos (Empresa)			<b>Situação</b> Registro Ativo
<b>Data</b> 28/01/2020	<b>Número</b> 00003841876	<b>Ato/eventos</b> 017/999	<b>Status</b> Sem Status
			
<b>Objeto:</b> CONSULTORIA NA AREA DE ARQUITETURA, MEIO AMBIENTE, ENGENHARIA CIVIL, ELETRICA E MECANICA, INCLUINDO A ELABORACAO DE PLANOS DIRETORES, ESTUDOS DE VIABILIDADE, ANTEPROJETOS, PROJETOS BASICOS, E PROJETOS EXECUTIVOS; EXECUCAO POR ADMINISTRACAO, EMPREITADA OU SUBEMPREITADA, DE OBRAS DE CONSTRUCAO CIVIL; A PRESTACAO DE SERVICOS DE MANUTENCAO CORRETIVA, PREDITIVA E PREVENTIVA DE QUALQUER NATUREZA; O CONTROLE DE QUALIDADE DE PROJETOS; A FISCALIZACAO E SUPERVISAO DE OBRAS; O GERENCIAMENTO DE OBRAS E EMPREENDIMENTOS; A REALIZACAO DE ENSAIOS, TESTES E ANALISES DE MATERIAIS E PRODUTOS, INCLUSIVE INSPECAO E CONTROLE DE QUALIDADE; A EXECUCAO DE SERVICOS TOPOGRAFIA, SONDAGENS E CONGENERES; A PRESTACAO DE SERVICOS DE ASSESSORIA, GERENCIAMENTO, FISCALIZACAO, CONSULTORIA, PLANEJAMENTO E CAPACITACAO NAS AREAS SOCIAL E AMBIENTAL; A OPERACAO EMANUTENCAO DE EMPREENDIMENTOS PRIVADOS E PUBLICOS EM GERAL, CONSULTORIA EMPRESARIAL, PODENDO PARTICIPAR DE OUTRAS SOCIEDADES NO INTERESSE DO SEU OBJETIVO;			
<b>Atividades Econômicas:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>◆ 7112000 Serviços de Engenharia</li><li>◇ 4120400 Construção de Edifícios</li><li>◇ 4399101 Administração de Obras</li><li>◇ 7120100 Testes e Análises Técnicas</li><li>◇ 4322301 Instalações Hidráulicas, Sanitárias e de Gás</li><li>◇ 7111100 Serviços de Arquitetura</li><li>◇ 7119701 Serviços de Cartografia, Topografia e Geodésia</li><li>◇ 7119702 Atividades de Estudos Geológicos</li><li>◇ 7119799 Atividades Técnicas Relacionadas À Engenharia e Arquitetura não Especificadas Anteriormente</li></ul>			
<b>Sócios / Administradores / Representantes:</b>			
<b>ANTONIO ELISIO CANCELA</b>			
CPF/CNPJ: 112.633.506-15		Participação no capital:	R\$ 0,00
Condição: Diretor			
<b>MARIA JOSEFINA REYNA KURTZ</b>			
CPF/CNPJ: 147.387.648-61		Participação no capital:	R\$ 0,00
Condição: Diretor			
<b>EDUARDO JORGE MIANA</b>			
CPF/CNPJ: 150.204.876-00		Participação no capital:	R\$ 0,00
Condição: Diretor			

# Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM



GOVERNO DO ESTADO  
RIO DE JANEIRO

Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais  
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

66

## CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Certidão Simplificada para Sociedade por Ações e Cooperativa, inclusive filiais

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

### EDUARDO CENTOLA

CPF/CNPJ: 151.840.668-88

Condição: Conselheiro de Administração

Participação no capital: R\$ 0,00

### ANTONIO BOSCO ALBUQUERQUE CAMILO

CPF/CNPJ: 153.512.463-68

Condição: Diretor

Participação no capital: R\$ 0,00

### MAURO RIBEIRO VIEGAS FILHO

CPF/CNPJ: 216.603.017-34

Condição: Conselheiro de Administração

Participação no capital: R\$ 0,00

### MAGDA DE PAULA JUNQUEIRA

CPF/CNPJ: 219.054.508-00

Condição: Diretor

Participação no capital: R\$ 0,00

### MAURO RIBEIRO VIEGAS NETO

CPF/CNPJ: 016.693.317-17

Condição: Diretor

Participação no capital: R\$ 0,00

### ALEXANDRE ROBERTO SALSE DITTERT

CPF/CNPJ: 016.659.887-97

Condição: Diretor

Participação no capital: R\$ 0,00

### LIN LI

CPF/CNPJ: 061.057.887-11

Condição: Procurador

Participação no capital: R\$ 0,00

### MAURO RIBEIRO VIEGAS NETO

CPF/CNPJ: 016.693.317-17

Condição: Procurador

Participação no capital: R\$ 0,00

### ALDO VAZ SAMPAIO

CPF/CNPJ: 548.325.197-00

Condição: Diretor

Participação no capital: R\$ 0,00

### MARCIO TAGLIARI

CPF/CNPJ: 872.904.568-15

Condição: Diretor

Participação no capital: R\$ 0,00

### CARLOS HENRIQUE COSTA JARDIM

CPF/CNPJ: 082.837.548-82

Condição: Diretor

Participação no capital: R\$ 0,00

### MAURO RIBEIRO VIEGAS

CPF/CNPJ: 003.056.857-91

Condição: Conselheiro de Administração

Participação no capital: R\$ 0,00

### AUGUSTO CESAR FABRIN

CPF/CNPJ: 535.164.008-20

Condição: Diretor

Participação no capital: R\$ 0,00

### ARTHUR OLIVEIRA COSTA SOUSA

CPF/CNPJ: 368.619.873-87

Condição: Diretor

Participação no capital: R\$ 0,00

### ELIZEU ALVAREZ DE LIMA

CPF/CNPJ: 018.197.908-00

Condição: Diretor

Participação no capital: R\$ 0,00

### JOSE DANIEL VANEGAS ARGUELLO

CPF/CNPJ: 016.831.048-11

Condição: Diretor

Participação no capital: R\$ 0,00

### EDUARDO SALGADO VIEGAS

CPF/CNPJ: 016.693.347-32

Condição: Diretor

Participação no capital: R\$ 0,00



# Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM



GOVERNO DO ESTADO  
RIO DE JANEIRO

Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais  
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

67

## CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Certidão Simplificada para Sociedade por Ações e Cooperativa, inclusive filiais

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

### GONTRAN THIAGO TIBERY LIMA MALUF

CPF/CNPJ: 051.437.436-56

Condição: Diretor

Participação no capital: R\$ 0,00

### PAULO FERNANDO ARAUJO DA SILVA

CPF/CNPJ: 464.662.746-91

Condição: Diretor

Participação no capital: R\$ 0,00

### JORGE DAMIAO GONCALVES PEREIRA

CPF/CNPJ: 330.399.337-87

Condição: Diretor

Participação no capital: R\$ 0,00

### LIN LI

CPF/CNPJ: 061.057.887-11

Condição: Conselheiro de Administração

Participação no capital: R\$ 0,00

### ALBA ALVES PIRES

CPF/CNPJ: 014.594.047-09

Condição: Diretor

Participação no capital: R\$ 0,00

### LUCIANO FONSECA DE OLIVEIRA

CPF/CNPJ: 102.601.988-54

Condição: Diretor

Participação no capital: R\$ 0,00

### RICARDO MOREIRA BUENO

CPF/CNPJ: 105.812.828-09

Condição: Diretor

Participação no capital: R\$ 0,00

### FERNANDO SEFAIR DE BRITO

CPF/CNPJ: 488.250.696-34

Condição: Diretor

Participação no capital: R\$ 0,00

### ANTONIO CARLOS PITTA

CPF/CNPJ: 483.949.800-82

Condição: Diretor

Participação no capital: R\$ 0,00

### HELDER DANTAS

CPF/CNPJ: 257.717.588-41

Condição: Diretor

Participação no capital: R\$ 0,00

### LUIS CLAUDIO COELHO

CPF/CNPJ: 699.651.107-00

Condição: Diretor

Participação no capital: R\$ 0,00

### SERGIO BARRETO ROCHA

CPF/CNPJ: 699.639.595-04

Condição: Diretor

Participação no capital: R\$ 0,00

### MARCELO FOGAÇA CRISTANTE

CPF/CNPJ: 221.355.828-08

Condição: Diretor

Participação no capital: R\$ 0,00

### ALEXANDRE LUIZ CARVALHO DA ROCHA

CPF/CNPJ: 078.948.327-07

Condição: Diretor

Participação no capital: R\$ 0,00

### ANTONIO FERNANDO DO LIVRAMENTO MARTINS

CPF/CNPJ: 764.845.648-68

Condição: Diretor

Participação no capital: R\$ 0,00

### MARCIO ALEXANDRINO BRASILEIRO

CPF/CNPJ: 650.137.786-20

Condição: Diretor

Participação no capital: R\$ 0,00

### PAULO ROBERTO DUTRA

CPF/CNPJ: 984.752.407-63

Condição: Diretor

Participação no capital: R\$ 0,00



# Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM



GOVERNO DO ESTADO  
RIO DE JANEIRO

Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais  
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

68

## CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Certidão Simplificada para Sociedade por Ações e Cooperativa, inclusive filiais

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

### HENRIQUE JOSE SILVA VENTURA

CPF/CNPJ: 589.759.694-87

Condição: Diretor

Participação no capital: R\$ 0,00

### ANTONIO CARLOS FONSECA DEICHMANN

CPF/CNPJ: 017.081.949-32

Condição: Diretor

Participação no capital: R\$ 0,00

### RAFAEL LUIS RABUSKE

CPF/CNPJ: 739.848.920-04

Condição: Diretor

Participação no capital: R\$ 0,00

### YUNBO CHANG

CPF/CNPJ: xxxxxxxx-xx

Condição: Conselheiro de Administração

Participação no capital: R\$ 0,00

### ANA JULIA BRANDIMARTI VAZ PINTO

CPF/CNPJ: 291.012.458-28

Condição: Diretor

Participação no capital: R\$ 0,00

### BASILICIO SARAIVA NETO

CPF/CNPJ: 057.611.566-52

Condição: Diretor

Participação no capital: R\$ 0,00



### Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela:

NIRE: xxxxxxxxxxxx	CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx	AV das Nações Unidas, 13771, BL I 2º, 5º E 6º ANDARES, Vila Gertrudes, São Paulo, SP, 04.794-904
NIRE: xxxxxxxxxxxx	CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx	AV Governador Agamenon Magalhães, 4779, SALA 1602, ED. ISAAC NEWTON, Ilha do Leite, Recife, PE, 50.070-160
NIRE: xxxxxxxxxxxx	CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx	AV JOAO PINHEIRO, 274, 2º E 3º ANDARES, Lourdes, Belo Horizonte, MG, 30.130-186
NIRE: xxxxxxxxxxxx	CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx	AV SANTOS DUMONT, 1789, 304,305,306,307 E 308, Aldeota, Fortaleza, CE
NIRE: xxxxxxxxxxxx	CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx	AV. CARLOS GOMES, 700, 8 ANDAR ED PLATINUM, Boa Vista, Porto Alegre, RS, 48.000-000
NIRE: xxxxxxxxxxxx	CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx	R Homero Vaz do Amaral, 72, LOTES 19 E 20 QUADRA 7, Veleiros, São Paulo, SP, 04.774-030
NIRE: xxxxxxxxxxxx	CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx	R José Alexandre Buaiz, 300, SALA 2001, Enseada do Suá, Vitória, ES, 29.050-545
NIRE: xxxxxxxxxxxx	CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx	R LAURO LINHARES, 2123, SALA 403 TORRE A, Trindade, Florianópolis, SC
NIRE: xxxxxxxxxxxx	CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx	R MAJOR BARBOSA, 201, Santa Efigenia, Belo Horizonte, MG, 30.240-370
NIRE: xxxxxxxxxxxx	CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx	R Neves da Fontoura, 115, Adrianópolis, Manaus, AM, 69.057-495
NIRE: xxxxxxxxxxxx	CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx	R RUBENS GUELLI, 68, 3º ANDAR SL. 305 ED. ELVIRA V. ORGE, Itaigara, Salvador, BA, 41.815-135
NIRE: xxxxxxxxxxxx	CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx	ST HOTELEIRO SUL, QD 06 CONJ A BLOCO A SALA 412, Asa Sul, Brasília, DF
NIRE: xxxxxxxxxxxx	CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx	R Azulões, 01, OFFICE TOWER, COLUNA 26, SL 626, Jardim Renascença, São Luís, MA, 65.075-060
NIRE: xxxxxxxxxxxx	CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx	R Itanhém, 121, Aviação, São Mateus, ES, 29.934-720
NIRE: xxxxxxxxxxxx	CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx	AV ANDROMEDA, 2750, Bosque dos Eucaliptos, São José dos Campos, SP, 12.230-001
NIRE: xxxxxxxxxxxx	CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx	AV OROZIMBO MAIA, 1454, Centro, Campinas, SP, 13.024-045
NIRE: xxxxxxxxxxxx	CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx	R E, 107, Cidade Nova, Parauapebas, PA, 68.515-000
NIRE: xxxxxxxxxxxx	CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx	AV dos Autonomistas, 896, SALAS 401 A 409 TORRE MYKONOS, Vila Yara, Osasco, SP, 06.020-012



# Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM



GOVERNO DO ESTADO  
RIO DE JANEIRO

Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais  
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

70

## CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Certidão Simplificada para Sociedade por Ações e Cooperativa, inclusive filiais

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

CERTIFICO A EXISTÊNCIA DE TODOS OS ATOS ARQUIVADOS ATÉ A PRESENTE DATA:

25/07/1972 - 00000056598 - 000*	25/07/1972 - 00000056598 - 102*	25/09/1972 - 00000058679 - 306*	08/06/1973 - 00000066069 - 303*
08/06/1973 - 00000066070 - 301*	14/05/1974 - 00000076116 - 301*	20/06/1974 - 00000077535 - 301*	20/06/1974 - 00000077536 - 303*
06/03/1975 - 00000086505 - 306*	06/03/1975 - 00000086506 - 306*	06/03/1975 - 00000086534 - 306*	12/06/1975 - 00000002243 - 303*
24/06/1975 - 00000002847 - 301*	25/08/1975 - 00000005384 - 306*	19/01/1976 - 00000011030 - 306*	04/05/1976 - 00000013969 - 301*
18/05/1976 - 00000014589 - 303*	05/10/1976 - 00000021662 - 306*	15/02/1977 - 00000026286 - 301*	19/04/1977 - 00000027720 - 306*
19/05/1977 - 00000028705 - 304*	22/09/1977 - 00000034605 - 306*	19/01/1978 - 00000039448 - 306*	11/04/1978 - 00000041699 - 306*
20/06/1978 - 00000044669 - 304*	22/08/1978 - 00000047951 - 306*	13/02/1979 - 00000054785 - 306*	22/03/1979 - 00000055880 - 306*
05/04/1979 - 00000056207 - 113*	05/04/1979 - 00000056208 - 306*	24/05/1979 - 00000057634 - 113*	24/05/1979 - 00000057649 - 304*
13/06/1979 - 00000058541 - 113*	13/06/1979 - 00000058542 - 306*	13/06/1979 - 00000058543 - 113*	02/08/1979 - 00000060552 - 113*
07/12/1979 - 00000065435 - 304*	17/01/1980 - 00000066674 - 306*	14/08/1980 - 00000074037 - 306*	14/08/1980 - 00000074038 - 306*
09/12/1980 - 00000078528 - 304*	16/03/1981 - 00000080854 - 306*	16/07/1981 - 00000085223 - 306*	11/08/1981 - 00000086340 - 306*
09/11/1981 - 00000099799 - 301*	01/12/1981 - 00000090537 - 306*	07/12/1981 - 00000090672 - 113*	29/03/1982 - 00000093879 - 105*
29/03/1982 - 00000093879 - 113*	05/05/1982 - 00000095052 - 113*	18/05/1982 - 00000095702 - 113*	19/08/1982 - 00000099992 - 306*
19/08/1982 - 00000099993 - 113*	05/11/1982 - 00000102551 - 304*	21/02/1983 - 00000105565 - 301*	19/05/1983 - 00000108179 - 301*
20/05/1983 - 00000108226 - 117*	20/07/1983 - 00000109684 - 306*	20/07/1983 - 00000109685 - 113*	17/08/1983 - 00000112077 - 306*
02/09/1983 - 00000112632 - 306*	02/09/1983 - 00000112633 - 306*	23/11/1983 - 00000103106 - 306*	08/12/1983 - 00000115328 - 304*
04/07/1984 - 00000121493 - 306*	04/07/1984 - 00000121494 - 306*	04/07/1984 - 00000121520 - 306*	19/12/1984 - 00000126882 - 304*
19/12/1984 - 00000126883 - 306*	19/12/1984 - 00000126884 - 307*	20/06/1985 - 00000131848 - 307*	20/06/1985 - 00000131902 - 301*
01/11/1985 - 00000136533 - 301*	04/02/1986 - 00000139271 - 306*	22/04/1986 - 00000140850 - 307*	25/06/1986 - 00000143055 - 304*
25/06/1986 - 00000143056 - 307*	17/09/1986 - 00000146093 - 306*	26/09/1986 - 00000146389 - 306*	17/12/1986 - 00000016457 - 506*
18/06/1987 - 00000162415 - 304*	18/06/1987 - 00000162416 - 307*	30/07/1987 - 00000164120 - 307*	25/08/1987 - 00000165731 - 301*
04/04/1988 - 00000171128 - 306*	25/04/1988 - 00000171577 - 306*	27/04/1988 - 00000171679 - 306*	06/06/1988 - 00000173216 - 304*
07/07/1988 - 00000174813 - 307*	07/07/1988 - 00000174814 - 301*	18/07/1988 - 00000175179 - 306*	02/08/1988 - 00000175717 - 506*
17/08/1988 - 00000176236 - 306*	28/11/1988 - 00000178773 - 301*	04/05/1989 - 00000181961 - 303*	09/08/1989 - 00000185665 - 301*
09/08/1989 - 00000185666 - 307*	10/10/1989 - 00000187426 - 307*	14/05/1990 - 00000192412 - 307*	14/05/1990 - 00000192413 - 304*
01/08/1990 - 00000195235 - 306*	25/09/1990 - 00000197083 - 306*	26/11/1990 - 00000198607 - 306*	06/12/1990 - 00000198857 - 301*
08/05/1991 - 00000201805 - 304*	16/05/1991 - 00000202161 - 307*	09/08/1991 - 00000205082 - 306*	22/08/1991 - 00000205543 - 301*
30/09/1991 - 00000206870 - 307*	21/10/1991 - 00000207492 - 306*	22/11/1991 - 00000208262 - 306*	22/11/1991 - 00000208263 - 306*
13/01/1992 - 00000209371 - 306*	19/02/1992 - 00000210177 - 306*	24/03/1992 - 00000210757 - 307*	15/05/1992 - 00000211509 - 307*
26/05/1992 - 00000211880 - 304*	17/06/1992 - 00000212746 - 306*	24/07/1992 - 00000214027 - 112*	24/08/1992 - 33900187660 - 112*
06/11/1992 - 00000216647 - 506*	06/11/1992 - 00000216648 - 306*	06/11/1992 - 33900579339 - 112*	09/11/1992 - 33900192736 - 112*
08/03/1993 - 00000219086 - 306*	22/03/1993 - 00000219324 - 306*	15/04/1993 - 00000604738 - 307*	29/04/1993 - 00000606926 - 304*
17/08/1993 - 00000626043 - 105*	17/08/1993 - 00000626044 - 307*	25/01/1994 - 00000652010 - 307*	27/05/1994 - 00000669938 - 304*
14/12/1994 - 00000706774 - 306*	23/05/1995 - 00000732895 - 304*	23/05/1995 - 00000732895 - 501*	23/05/1995 - 00000732897 - 307*
29/09/1995 - 00000755529 - 307*	16/05/1996 - 00000789260 - 307*	19/06/1996 - 00000794740 - 304*	19/06/1996 - 00000794740 - 501*
14/08/1996 - 00000805709 - 131*	22/04/1997 - 00000844946 - 117*	04/06/1997 - 00000851086 - 307*	16/07/1997 - 00000857677 - 304*
05/08/1997 - 00000861929 - 301*	26/05/1998 - 00000910929 - 304*	15/07/1998 - 00000922590 - 307*	03/09/1998 - 00000935631 - 307*
25/09/1998 - 00000940945 - 307*	28/01/1999 - 00000966956 - 113*	26/05/1999 - 00000989556 - 307*	05/07/1999 - 0000099025 - 304*
18/08/1999 - 00001011137 - 130*	07/12/1999 - 00001037301 - 130*	21/03/2000 - 00001059622 - 301*	19/05/2000 - 00001073038 - 304*
30/05/2000 - 00001075897 - 307*	24/10/2000 - 00001111291 - 301*	01/12/2000 - 00001119431 - 307*	05/12/2000 - 00001120029 - 307*
12/03/2001 - 00001140764 - 307*	17/04/2001 - 00001148739 - 307*	24/05/2001 - 00001157750 - 304*	05/09/2001 - 00001184138 - 113*
08/10/2001 - 00001191479 - 301*	24/01/2002 - 00001214884 - 130*	24/01/2002 - 00001214884 - 307*	25/04/2002 - 00001234060 - 307*
29/04/2002 - 00001234892 - 301*	28/08/2002 - 00001265032 - 301*	28/08/2002 - 00001265033 - 307*	09/12/2002 - 00001290499 - 307*
20/12/2002 - 00001293885 - 301*	17/03/2003 - 00001308189 - 307*	12/05/2003 - 00001319453 - 303*	17/06/2003 - 00001327027 - 307*
17/06/2003 - 00001327033 - 301*	29/07/2003 - 00001336007 - 307*	15/12/2003 - 00001371952 - 113*	15/12/2003 - 00001371952 - 301*
28/01/2004 - 00001389022 - 307*	14/04/2004 - 00001417292 - 307*	29/04/2004 - 00001421502 - 303*	21/06/2004 - 00001436678 - 307*
24/08/2004 - 00001453292 - 301*	24/08/2004 - 00001453293 - 301*	24/08/2004 - 00001453301 - 307*	18/10/2004 - 00001466090 - 307*
18/04/2005 - 00001513122 - 307*	20/04/2005 - 00001514049 - 304*	28/04/2005 - 00001515052 - 307*	03/05/2005 - 00001516654 - 301*
02/08/2005 - 00001540775 - 307*	03/05/2006 - 00001603518 - 307*	03/05/2006 - 00001603519 - 307*	08/05/2006 - 00001604901 - 304*
28/07/2006 - 00001625624 - 301*	31/07/2006 - 00001625994 - 301*	05/09/2006 - 00001636667 - 307*	26/10/2006 - 00001648384 - 307*
30/11/2006 - 00001657015 - 307*	30/03/2007 - 00001685551 - 307*	02/04/2007 - 00001685770 - 117*	02/04/2007 - 00001685770 - 307*
25/04/2007 - 00001690490 - 112*	25/04/2007 - 00001690490 - 130*	25/04/2007 - 00001690490 - 304*	25/04/2007 - 33900900820 - 112*
25/04/2007 - 33900900820 - 130*	25/04/2007 - 33900900820 - 304*	01/11/2007 - 00001748198 - 307*	05/11/2007 - 00001748622 - 301*
10/12/2007 - 00001757972 - 307*	13/02/2008 - 00001774108 - 307*	01/04/2008 - 00001786368 - 307*	25/04/2008 - 00001792532 - 304*
26/05/2008 - 00001801443 - 307*	18/09/2008 - 00001840687 - 113*	18/09/2008 - 00001840687 - 307*	17/10/2008 - 00001849990 - 307*
29/04/2009 - 00001903314 - 304*	30/04/2009 - 00001903854 - 307*	13/05/2009 - 00001907447 - 301*	17/07/2009 - 00001931642 - 307*
09/09/2009 - 00001951113 - 307*	28/04/2010 - 00002020889 - 301*	28/04/2010 - 00002020890 - 303*	28/06/2010 - 00002057575 - 307*
22/07/2010 - 00002068325 - 112*	22/07/2010 - 00002068325 - 307*	03/08/2010 - 33901083299 - 112*	03/08/2010 - 33901083299 - 307*
22/10/2010 - 00002104012 - 112*	22/10/2010 - 00002104012 - 307*	22/10/2010 - 33901096102 - 112*	22/10/2010 - 33901096102 - 307*
22/10/2010 - 33901096111 - 112*	22/10/2010 - 33901096111 - 307*	22/10/2010 - 33901096129 - 112*	22/10/2010 - 33901096129 - 307*
18/01/2011 - 00002138138 - 307*	18/01/2011 - 00002138139 - 307*	14/02/2011 - 00002148203 - 307*	11/03/2011 - 00002157489 - 307*
28/03/2011 - 00002163254 - 307*	11/04/2011 - 00002168766 - 130*	11/04/2011 - 00002168766 - 301*	11/04/2011 - 00002168888 - 307*
28/04/2011 - 00002174877 - 304*	17/06/2011 - 00002198575 - 307*	08/07/2011 - 00002206762 - 307*	21/09/2011 - 00002237178 - 307*
03/10/2011 - 00002241833 - 307*	08/11/2011 - 00002255502 - 307*	25/11/2011 - 00002261945 - 307*	28/11/2011 - 00002262559 - 301*
09/12/2011 - 00002268342 - 307*	16/12/2011 - 00002271343 - 506*	27/01/2012 - 00002286319 - 301*	08/02/2012 - 00002290930 - 307*
19/04/2012 - 00002317545 - 307*	19/04/2012 - 00002317629 - 304*	20/04/2012 - 00002317700 - 307*	03/07/2012 - 00002348827 - 307*
20/07/2012 - 00002357877 - 307*	23/07/2012 - 00002359253 - 506*	21/08/2012 - 00002373475 - 307*	09/10/2012 - 00002395982 - 117*





# Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM



GOVERNO DO ESTADO  
RIO DE JANEIRO

Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais  
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

71

## CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Certidão Simplificada para Sociedade por Ações e Cooperativa, inclusive filiais

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

09/10/2012 - 00002395982 - 307* -	12/12/2012 - 00002420391 - 130* -	30/01/2013 - 00002435926 - 307* -	06/02/2013 - 00002438555 - 112* -
06/02/2013 - 00002438555 - 307* -	06/02/2013 - 33901229609 - 112* -	06/02/2013 - 33901229609 - 307* -	05/03/2013 - 00002445963 - 130* -
05/03/2013 - 00002445963 - 307* -	17/04/2013 - 00002461659 - 307* -	25/04/2013 - 00002464025 - 303* -	06/06/2013 - 00002479690 - 307* -
05/07/2013 - 00002491925 - 117* -	05/07/2013 - 00002491925 - 130* -	05/07/2013 - 00002491925 - 307* -	22/07/2013 - 00002498505 - 508* -
22/07/2013 - 00002498507 - 508* -	15/08/2013 - 00002508778 - 307* -	02/09/2013 - 00002533184 - 113* -	02/09/2013 - 00002533184 - 307* -
21/10/2013 - 00002553383 - 307* -	09/01/2014 - 00002581883 - 307* -	07/02/2014 - 00002592613 - 307* -	11/03/2014 - 00002602447 - 307* -
20/03/2014 - 00002606164 - 307* -	28/03/2014 - 00002609274 - 307* -	25/04/2014 - 00002617617 - 304* -	03/06/2014 - 00002631333 - 307* -
04/06/2014 - 00002632028 - 307* -	11/06/2014 - 00002635179 - 307* -	30/06/2014 - 00002639899 - 301* -	15/08/2014 - 00002659532 - 307* -
10/10/2014 - 00002683009 - 112* -	10/10/2014 - 00002683009 - 116* -	10/10/2014 - 00002683009 - 130* -	10/10/2014 - 00002683009 - 301* -
10/10/2014 - 33901315165 - 112* -	10/10/2014 - 33901315165 - 116* -	10/10/2014 - 33901315165 - 130* -	10/10/2014 - 33901315165 - 301* -
10/10/2014 - 33901315173 - 112* -	10/10/2014 - 33901315173 - 116* -	10/10/2014 - 33901315173 - 130* -	10/10/2014 - 33901315173 - 301* -
19/12/2014 - 00002711410 - 307* -	11/03/2015 - 00002736929 - 113* -	11/03/2015 - 00002736929 - 130* -	11/03/2015 - 00002736929 - 307* -
20/04/2015 - 00002752449 - 307* -	22/04/2015 - 00002752743 - 116* -	22/04/2015 - 00002752743 - 304* -	23/06/2015 - 0000277972 - 301* -
19/08/2015 - 00002803814 - 113* -	19/08/2015 - 00002803814 - 307* -	21/08/2015 - 00002804933 - 307* -	18/11/2015 - 00002838821 - 501* -
18/11/2015 - 00002838822 - 501* -	22/12/2015 - 00002852872 - 307* -	26/01/2016 - 00002863363 - 307* -	01/02/2016 - 00002866000 - 301* -
07/04/2016 - 00002890189 - 116* -	07/04/2016 - 00002890189 - 307* -	27/04/2016 - 00002895732 - 301* -	27/04/2016 - 00002895733 - 303* -
02/08/2016 - 00002933644 - 307* -	17/08/2016 - 00002939635 - 307* -	23/08/2016 - 00002940359 - 307* -	08/09/2016 - 00002945675 - 117* -
08/09/2016 - 00002945675 - 307* -	09/11/2016 - 00002970556 - 307* -	05/12/2016 - 00002980730 - 113* -	05/12/2016 - 00002980730 - 131* -
05/12/2016 - 00002980730 - 301* -	09/02/2017 - 00003006313 - 307* -	23/02/2017 - 00003012041 - 307* -	23/02/2017 - 00003012047 - 301* -
23/02/2017 - 00003012052 - 307* -	23/02/2017 - 00003012053 - 301* -	06/04/2017 - 00003026862 - 307* -	06/04/2017 - 00003026870 - 301* -
12/04/2017 - 00003028997 - 307* -	24/04/2017 - 00003032250 - 301* -	15/05/2017 - 00003040152 - 307* -	29/06/2017 - 00003060545 - 307* -
18/09/2017 - 00003087814 - 017 -	05/10/2017 - 00003097611 - 007 -	09/10/2017 - 00003099269 - 017 -	14/12/2017 - 00003129275 - 017 -
14/12/2017 - 00003129278 - 017 -	09/01/2018 - 00003140156 - 017 -	14/03/2018 - 00003166081 - 017 -	14/03/2018 - 00003166091 - 017 -
25/04/2018 - 00003185238 - 017 -	26/04/2018 - 00003186161 - 006 -	26/04/2018 - 00003186235 - 017 -	28/05/2018 - 00003200289 - 017 -
27/06/2018 - 00003219094 - 017 -	06/07/2018 - 00003223627 - 007 -	10/10/2018 - 00003393617 - 017 -	10/10/2018 - 00003393665 - 017 -
29/10/2018 - 00003413213 - 017 -	25/02/2019 - 00003531419 - 017 -	26/03/2019 - 00003558485 - 017 -	17/04/2019 - 00003583831 - 006 -
10/05/2019 - 00003607562 - 017 -	05/06/2019 - 33901535653 - 002 -	02/07/2019 - 00003670471 - 017 -	16/08/2019 - 00003723630 - 017 -
02/09/2019 - 00003744378 - 206 -	02/09/2019 - 00003744380 - 007 -	20/12/2019 - 00003827339 - 002 -	17/01/2020 - 00003836892 - 017 -
28/01/2020 - 00003841876 - 017 -			

### Art.1029 - Notificação de Retirada:

CPF/CNPJ: xxxxxxxx-xx  
Condição: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Participação no capital: R\$ 0,00  
Data da Notificação: xx/xx/xxxx

### Liquidante:

CPF/CNPJ: xxxxxxxx-xx  
Condição: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Participação no Capital: 0.00



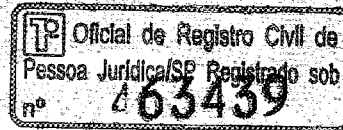
00-2020/023491-9

Local, data  
Rio de Janeiro, 31 de Janeiro de 2020

Bernardo Feijó Sampaio Berwanger  
SECRETÁRIO GERAL - JUCERJA

Documento Assinado por meio digital, conforme MP 2200-2 de 24/08/2001, que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, em vigor consoante E.C n°32 de 11/09/2001 - Art.2°.

Art 1°. Fica instituída a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, para garantir autenticidade, integridade e validade jurídica de documentos em forma



72

## CERTIDÃO DE BREVE RELATO REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

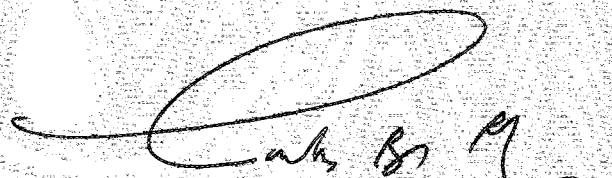
REGISTRO DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS E CIVIL  
DE PESSOA JURÍDICA

O 7º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital, certifica a pedido de parte interessada que revendo os arquivos do serviço registral a seu cargo, em 12 de março de 1998, verificou constar registrado sob nº 15116, o estatuto social do **"INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL"**, inscrito no CNPJ nº 02.460.809/0001-21, com posteriores averbações protocoladas sob nºs 15955, 16256, 17990, 17991, 17992, 17993, 18204, 18559, 20051, 20052, 20053, 21291, 21292, 21699, 22552, 22553, 23696, 23697, 23819, 23995, 25114, 25907, 26103, 26601, 27228, 28417, 28418, 28489, 29723, 31587, 31588, 32138, 32139, 32140, 32141, 32142, 32143, 32442, 33074, 33075, 33866, 33867, 36441, 36442, 36645, 36646, 38368, 38369, 38514, 38574, 38778, 38779, 40943, 42499, 43327, 43328, 46928, 46929, 47338, 47339, 47340, 47341, 47342, 47343, 47344, 47345, 47346, 49551, 51170, 51171, 51172, 51173, 51174, 51175, 53657, 53658, 53659, 55205, 55206, 55583, 55584, 57113, 57114, 57642, 57643, 57809, 57810, 58132, 61682, 61683, 61684, 61685, 62350, 62351, 62352, 62353, 64134, 64135, 64136, 64137, 65197, 67027, 67028, 67029, 67030, 67031, 69894, 69895, 70254, 70255, 73407, 77033, 77034, 77035, 77036, 77037, 77038, 79295, 79894, 79895, 81461, 81462, 81463, 83113, 84380, 85867, 85868, 85869, 87390 e 88162 em 14 de julho de 1998, 26 de agosto de 1998, 23 de agosto de 1999, 30 de setembro de 1999, 20 de dezembro de 1999, 18 de setembro de 2000, 08 de maio de 2001, 03 de julho de 2001, 09 de novembro de 2001, 15 de maio de 2002, 24 de maio de 2002, 11 de junho de 2002, 18 de outubro de 2002, 12 de fevereiro de 2003, 13 de março de 2003, 29 de maio de 2003, 11 de agosto de 2003, 30 de dezembro de 2003, 09 de janeiro de 2004, 31 de maio de 2004, 03 de fevereiro de 2005, 20 de abril de 2005, 24 de maio de 2005, 28 de julho de 2005, 03 de novembro de 2005, 22 de agosto de 2006, 13 de setembro de 2006, 03 de abril de 2007, 19 de abril de 2007, 26 de abril de 2007, 17 de maio de 2007, 23 de janeiro de 2008, 02 de julho de 2008, 26 de setembro de 2008, 08 de outubro de 2009, 25 de novembro de 2009, 15 de julho de 2010, 13 de janeiro de 2011, 05 de setembro de 2011, 09 de março de 2012, 24 de abril de 2012, 06 de setembro de 2012, 26 de outubro de 2012, 19 de novembro de 2012, 26 de dezembro de 2012, 31 de outubro de 2013, 10 de janeiro de 2014, 05 de junho de 2014, 10 de setembro de 2014, 24 de fevereiro de 2015, 29 de outubro de 2015, 04 de novembro de 2015, 28 de junho de 2016, 11 de abril de 2017, 23 de agosto de 2017, 09 de outubro de 2017, 07 de fevereiro de 2018, 20 de junho de 2018, 25 de setembro de 2018, 29 de janeiro de 2019, 11 de junho de 2019 e em 08 de agosto de 2019; e termos de abertura e encerramento de livros diários registrados sob nºs 16638, 17426, 18523, 19831, 19832, 21410, 21411, 22920, 22921, 24304, 24434, 25973, 25974, 27645, 27647, 28663, 28664, 30746,



30747, 31457, 34224, 37323, 41846, 41847, 45173, 49352, 51652, 56002 e 59129 em 17 de setembro de 1999, 21 de junho de 2000, 26 de junho de 2001, 19 de junho de 2002, 20 de junho de 2003, 14 de julho de 2004, 30 de junho de 2005, 26 de julho de 2005, 04 de agosto de 2006, 27 de setembro de 2007, 28 de setembro de 2007, 08 de julho de 2008, 26 de janeiro de 2010, 27 de julho de 2010, 31 de agosto de 2011, 15 de agosto de 2012, 19 de novembro de 2013, 08 de outubro de 2014, 08 de dezembro de 2015, 01 de agosto de 2016, 26 de outubro de 2017 e 05 de novembro de 2018. CERTIFICA MAIS QUE, do processo arquivado em cartório consta que o referido instituto tem sede nesta capital à Rua Bela Cintra, nº 952, 9º andar - Consolação - CEP: 01415-904; tendo como Diretor Presidente o Sr. Caio Magri. O referido é verdade. Dá fé. São Paulo, 31 de janeiro de 2020. Eu, *Ivandete de Souza Filha*

Ivandete de Souza Filha, escrevente autorizada a digitei.

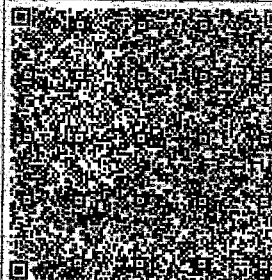
  
CARLOS APARECIDO ALÍPIO  
OFICIAL DESIGNADO

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça
R\$ 7,84	R\$ 2,23	R\$ 1,53	R\$ 0,41	R\$ 0,54
Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 0,38	R\$ 0,16	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 13,09



Para verificar o conteúdo integral do documento, acesse o site: [servicos.cdtsp.com.br/validarcertidao](http://servicos.cdtsp.com.br/validarcertidao) e informe a chave abaixo ou utilize um leitor de qr code.

00181561064782547



Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico: <https://selodigital.tjsp.jus.br>

Selo Digital  
1137124CEDE00004474BE205



**CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE SÃO PAULO - CDT**

Presidente: Robson de Alvarenga

RUA XV DE NOVEMBRO, 251 - Centro - CEP. 01013-001 - São Paulo/SP

Tel.: (11) 3248-1000 - Email: - Site: www.cdtspp.com.br

Remessa: 2.564.356 de 06/02/2020

**BUSCA DE PESSOAS JURIDICAS PARA OS 10 CARTORIOS**

Solicitante: PINHEIRO NETO ADVOGADOS. (PLBRASIL ASSESSORIA PARALEGAL)

Nome Solicitado: INSTITUTO BRASILEIRO DE AUTORREGULACAO NO SETOR DE INFRAESTRUTURA



Cartório	Talão	Situação		Pesquisado Por
Pesquisa realizada até: 07/02/2020 às 16:26:26.				
01º RTD	18.620.424	<input type="checkbox"/> Consta	<input checked="" type="checkbox"/> Não Consta	 Aline Silva de Melo
Pesquisa realizada até: 06/02/2020 às 18:58:20.				
02º RTD	18.620.425	<input type="checkbox"/> Consta	<input checked="" type="checkbox"/> Não Consta	 Domingas Kioko Meuro
Pesquisa realizada até: 07/02/2020 às 15:16:20.				
03º RTD	18.620.426	<input type="checkbox"/> Consta	<input checked="" type="checkbox"/> Não Consta	 Lucas Larione Esteves
Pesquisa realizada até: 07/02/2020 às 15:07:34.				
04º RTD	18.620.427	<input type="checkbox"/> Consta	<input checked="" type="checkbox"/> Não Consta	 Fabio da Silva Avelar
Pesquisa realizada até: 07/02/2020 às 10:06:52.				
05º RTD	18.620.428	<input type="checkbox"/> Consta	<input checked="" type="checkbox"/> Não Consta	 Carla Almeida de Andrade
Pesquisa realizada até: 07/02/2020 às 13:46:41.				
06º RTD	18.620.429	<input type="checkbox"/> Consta	<input checked="" type="checkbox"/> Não Consta	 DOUGLAS DOS SANTOS DORTA
Pesquisa realizada até: 07/02/2020 às 10:57:27.				
07º RTD	18.620.430	<input type="checkbox"/> Consta	<input checked="" type="checkbox"/> Não Consta	 Taillandia Santana Santos Silva
Pesquisa realizada até: 07/02/2020 às 17:05:37.				
08º RTD	18.620.432	<input type="checkbox"/> Consta	<input checked="" type="checkbox"/> Não Consta	 Cicero Carvalho de Lima
Pesquisa realizada até: 07/02/2020 às 11:11:15.				
09º RTD	18.620.433	<input type="checkbox"/> Consta	<input checked="" type="checkbox"/> Não Consta	 Eder Castro Resende
Pesquisa realizada até: 07/02/2020 às 10:53:21.				
10º RTD	18.620.434	<input type="checkbox"/> Consta	<input checked="" type="checkbox"/> Não Consta	 Denise Barreto dos Santos

EMOLUMENTOS	ESTADO	SEFAZ	REG. CIVIL	TRIBUNAL	M. PÚBLICO	ISS	TOTAL
R\$ 17,60	R\$ 5,00	R\$ 3,40	R\$ 0,90	R\$ 1,20	R\$ 0,80	R\$ 0,30	R\$ 29,20

Página 1 de 1



Emitida em: quarta-feira, 12 de fevereiro de 2020 às 13:00:23hs.

Entregue por:

  
Oseias Ferreira Nobre Filho